

3 — Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos por PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, e apreciamos a certificação legal das contas emitida por esta sociedade, em anexo, com a qual concordamos. Tomámos também conhecimento do teor do relatório sobre a fiscalização endereçado por aquela sociedade ao conselho de administração.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço e as demonstrações dos resultados, de alterações no capital próprio, de fluxos de caixa e o correspondente anexo, complementados com o teor da certificação legal das contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

i) Seja aprovado o relatório de gestão;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 26 de Março de 2007. — *Henrique Carlos Medina Carreira*, presidente — *Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva*, vogal — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, vogal e revisor oficial de contas, representada por *José Manuel Henriques Bernardo*, revisor oficial de contas. 2611014560

BESLEASING E FACTORING — IFIC, S. A.

Relatório n.º 11-E/2007

Sede social: Avenida Álvares Cabral, 27, 4.º, 1269-140 Lisboa.
Capital social: 49 113 850 euros.
Pessoa colectiva n.º 502330937.

Relatório e contas de 2006

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Paulo Jorge Barreto de Carvalho Ventura.
Secretárias:

Maria da Conceição Soares Fatela.
Maria Salgado Poppe Almeida de Carvalho.

Conselho de administração:

Presidente: António José Baptista do Souto.

Vogais:

António Luís Simões Tomás.
Bernardo Leite de Faria Espírito Santo.
Carlos Alberto Magalhães de Almeida Oliveira.
Daniel Baptista Correia dos Santos.
Elói de Almeida Marques da Silva.
José António Beja Amaro.
José Rodrigues Correia de Resende.
Patrick Gérard Daniel Coudène.
Rui José Costa Raposo.
Vasco Luís Ivens Ferraz Jardim.

Comissão executiva:

Presidentes:

José António Beja Amaro.
José Rodrigues Correia Resende.
Vasco Luís Ivens Ferraz Jardim.

Conselho fiscal:

Presidente: Carlos Santos Moita.

Vogal: Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro.

Revisor oficial de contas: Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por António Manuel Mendes Barreira.

Revisor oficial de contas (suplente): Leonel Manuel Dias Vicente.

Quadro directivo

Departamento Comercial — PME:

Maria Teresa Ferreira Monteiro Pereira.

Departamento Comercial — GEOE:

Paulo Jorge Gonçalves Dias Afonso.

Departamento Financeiro e Administrativo:

Joaquim de Sousa Galileu.

Departamento de Operações:

Manuel Enriquez Pinho.

Departamento Jurídico:

Maria da Conceição Soares Fatela.

Departamento de Sistemas de Informação:

Maria Salomé Neves Nunes de Abreu Castelo Branco.

Relatório do conselho de administração

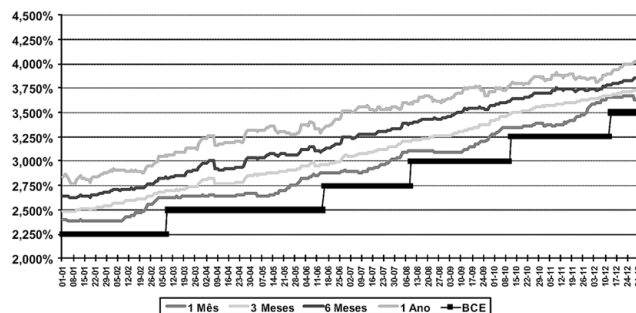
Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o conselho de administração vem submeter à apreciação de VV. Ex.ªs, o relatório de gestão, o balanço e contas, bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício de 2006.

1 — Enquadramento económico

A economia mundial revelou expressivo desempenho em 2006, com ligeira aceleração do ritmo de crescimento em relação ao ano anterior resultante do forte desenvolvimento das economias emergentes a que não foi alheio o aprofundamento da globalização, num cenário de algumas condicionantes negativas como os aumentos do preço do petróleo e das taxas de juro.

A economia da união europeia apresentou assinalável desenvolvimento, com um ritmo de expansão superior ao observado no último quinquénio, sem alcançar no entanto, o dinamismo da generalidade da economia mundial. A conjuntura económica foi caracterizada pelo crescimento das exportações, pela recuperação do investimento e pela melhoria das condições do mercado de trabalho não obstante manter-se forte moderação salarial. O crescimento económico numa conjuntura de grande liquidez levou o BCE — Banco Central Europeu a subir a sua taxa directora (*refi-rate*) em 125 b.p. a fim de combater as pressões inflacionistas.

Evolução da Euribor/BCE em 2006



Fonte. — Banco de Portugal.

A economia portuguesa conheceu em 2006 um dinamismo acima do perspectivado, por força do expressivo aumento das exportações

de bens e serviços como resultado da evolução positiva dos principais parceiros comerciais, mantendo, no entanto, um crescimento inferior ao da União Europeia, acentuando os problemas da sua real convergência económica.

A procura interna revelou um crescimento moderado com o consumo privado a manter a tendência de desaceleração num contexto de subida das taxas de juro, do crescimento ainda moderado do rendimento disponível e ainda pela natureza restritiva da política orçamental, enquanto o consumo público diminuiu ligeiramente reflectindo o esforço de consolidação orçamental pelo lado da despesa corrente primária.

O investimento não acompanhou a recuperação do desenvolvimento económico continuando muito influenciado pelo peso do sector da construção civil. A formação bruta de capital fixo continuou a registar o comportamento mais negativo entre as componentes da despesa, com as empresas ainda Fonte: Banco de Portugal muito cautelosas nas suas decisões de investimento e o estado muito restritivo no investimento publico, inserido nos esforços de consolidação orçamental.

A taxa de inflação evidenciou um aumento superior ao perspectivado, situando-se nos 3% contra os 2,3% observados no ano anterior, embora esteja influenciada pela alteração metodológica no tratamento estatístico de alguns componentes do IPC, que na sua ausência a inflação média teria subido para 2,5%, a que não foi alheio o forte aumento do preço do petróleo e o impacto da subida de alguns impostos indirectos.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego conheceu um ligeiro agravamento, tendo passado de 7,6% em 2005 para 7,7% da população activa em 2006, não obstante o aumento do emprego em 0,7% contra variação nula no ano anterior.

A persistência de desequilíbrios estruturais, que conduz a diferenças significativas de produtividade e competitividade em relação à média da zona euro, obriga a recuperação da economia portuguesa a passar por profundas reformas ao nível das instituições, da qualificação dos recursos humanos e da criação de condições propícias ao investimento, estando a observar-se a convergência de algumas políticas nesse sentido.

2 — Enquadramento sectorial

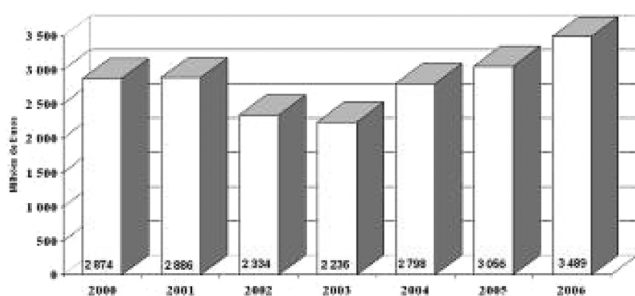
Em Portugal, os sectores de locação financeira e de *factoring* continuam a evidenciar uma tendência crescente no financiamento da economia nacional. A *Besleasing* e *Factoring*, em 2006 veio consolidar a sua posição no mercado como segundo interlocutor financeiro nos seus segmentos de negócio, com uma representatividade de 18,7% no *leasing* e de 22,2% no *factoring*, com ganhos de quota de mercado em relação ao ano anterior, de 100 b.p. e 130 b.p., respectivamente.

2.1 — Leasing

Leasing mobiliário:

Em 2006, o sector de locação financeira mobiliária em Portugal apresentou um volume de negócios de 3488,7 milhões de euros (+ 14,2%), através da realização de 92 245 contratos (+ 10,2%), com valor médio unitário de 37,8 milhares de euros (+ 3,6%).

Produção do sector de *leasing* mobiliário

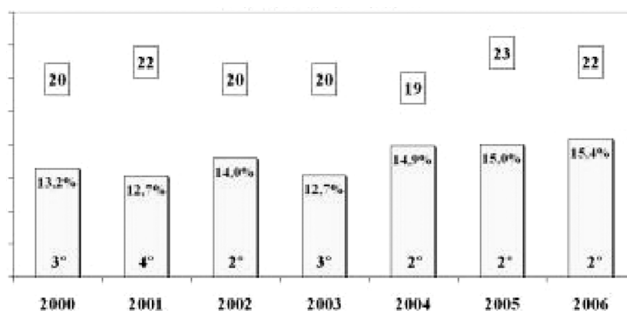


Fonte. — ALF — Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.

A empresa neste segmento evidenciou um crescimento de 17%, mantendo o segundo lugar no *ranking* nacional das empresas de locação financeira mobiliária, com uma quota de mercado de 15,4%, con-

tinuando a deter uma participação significativa num mercado onde actualmente operam vinte e duas empresas, algumas das quais também inseridas em grupos bancários.

Ranking/quota de mercado/operadores de *leasing* mobiliário

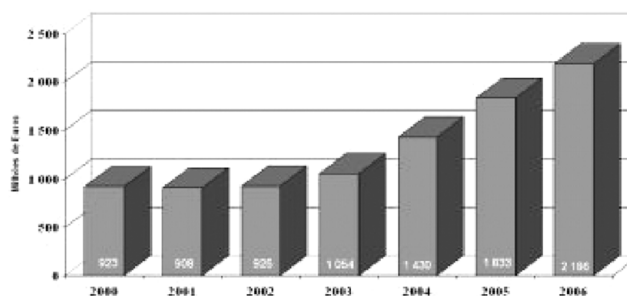


Fonte. — ALF — Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.

Leasing imobiliário:

O sector de *leasing* imobiliário em Portugal em 2006, apresentou uma produção de 2186,2 milhões de euros (+ 19,3%) consubstanciada na concretização de 5366 contratos (+ 3,8%), com valor médio unitário de 407,4 milhares de euros (+ 14,9%), verificando-se a manutenção da tendência crescente do ritmo de desenvolvimento da actividade.

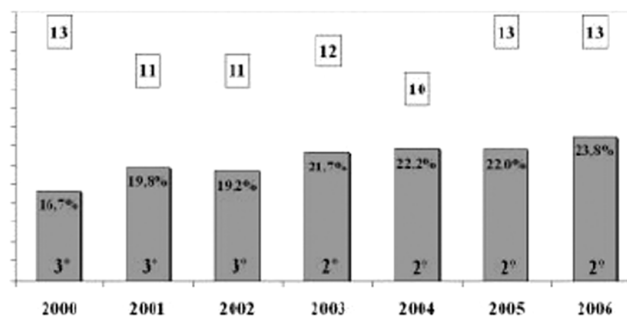
Produção do sector de *leasing* imobiliário



Fonte. — ALF — Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.

A empresa no segmento de *leasing* imobiliário registou um crescimento de 29%, mantendo o segundo lugar no *ranking* das empresas deste sector, com uma quota de mercado de 23,8%, continuando também a deter a sua mais alta participação de sempre num mercado onde actualmente operam 13 empresas, algumas das quais também inseridas em grandes grupos bancários.

Ranking/quota de mercado/operadores de *leasing* imobiliário

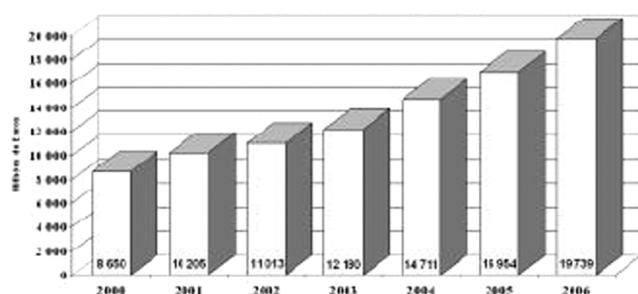


Fonte. — ALF — Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.

2.2 — Factoring

O sector de *factoring* em Portugal patenteou uma produção de créditos tomados de 19 739,4 milhões de euros, apresentando de novo uma aceleração no ritmo de crescimento (+ 16,4%), continuando com a tendência crescente do desenvolvimento da actividade.

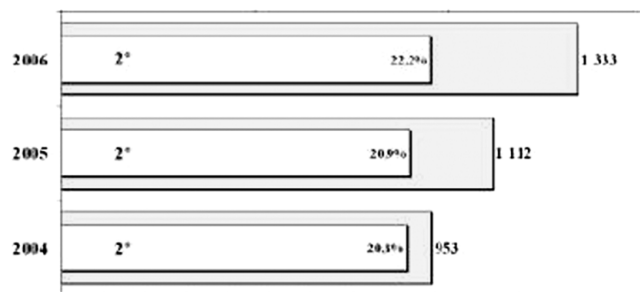
Produção do sector de factoring



Fonte. — ALF — Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.

A empresa no seu segmento de *factoring* manteve o segundo lugar do *ranking* nacional das empresas de *factoring*, num mercado onde actualmente operam 10 empresas, todas elas inseridas em grupos bancários.

Ranking/quota de mercado/carteira sob gestão de factoring



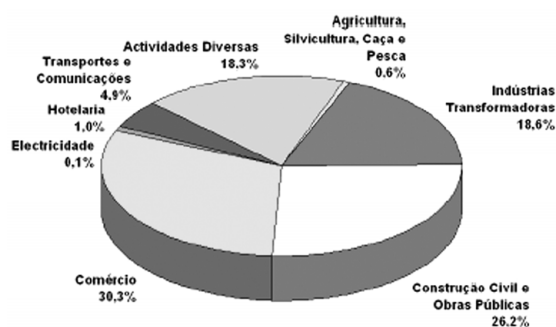
Fonte. — ALF — Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.

Os créditos sob gestão no sector de *factoring* atingiram cerca de 6002,6 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 12,9% em relação ao ano transacto, confirmando a tendência decrescente do ritmo de crescimento nos últimos três anos. Pelo contrário, a carteira de crédito sob gestão da empresa continuou a evidenciar um ritmo de crescimento acelerado, tendo em 2006 atingido 1332,9 milhões de euros (+ 19,9%) e conquistado 1,3 b.p. de quota de mercado, situando-se actualmente nos 22,2%, consolidando desta forma o segundo lugar do *ranking* das empresas do ramo em Portugal.

3 — Actividade da empresa

A Besleasing e Factoring obteve em 2006 uma produção global de 4552,9 milhões de euros, correspondendo a uma evolução positiva na ordem dos 14,6% face ao exercício anterior, tendo apoiado sectores da actividade económica de largo espectro, em particular os sectores de comércio, construção civil/obras públicas e indústria transformadora.

Investimento por sector de actividade



A maioria dos negócios foram angariados pela rede comercial do grupo Banco Espírito Santo, tendo as delegações regionais da empresa captado também importante fatia do mercado e paralelamente acom-

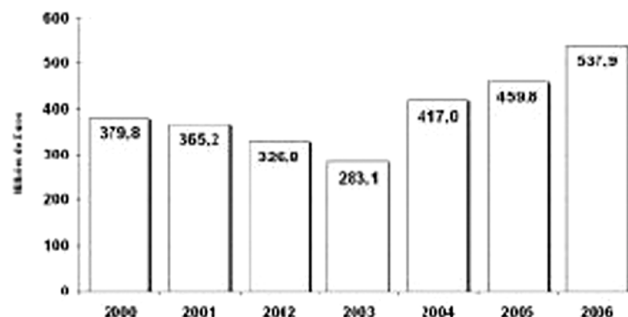
panhado e dinamizado todas as direcções comerciais das instituições de crédito do grupo. No seguimento da política de racionalização da actividade, a empresa procedeu ao encerramento das delegações de Coimbra e Setúbal, contando actualmente com as delegações de Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Leiria e Faro.

3.1 — Leasing

Leasing mobiliário:

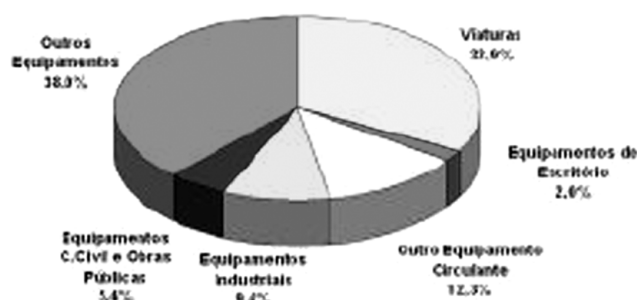
O segmento mobiliário realizou 7824 contratos no valor de 537 866 milhares de euros (+ 17% que em 2005), com valor médio por contrato de 68,7 milhares de euros (+ 25,4%), cujo crescimento se deveu à realização de algumas operações de equipamento pesado.

Produção da empresa — leasing mobiliário



A produção da empresa no segmento de *leasing* mobiliário foi canalizada principalmente para os sectores de indústria transformadora, comércio, transportes/comunicações e construção civil/obras públicas. Dando continuidade à política de dispersão do risco, o tipo de bens mais procurados para realização de contratos de *leasing*, foram as viaturas, os equipamentos específicos para a indústria e os equipamentos circulares.

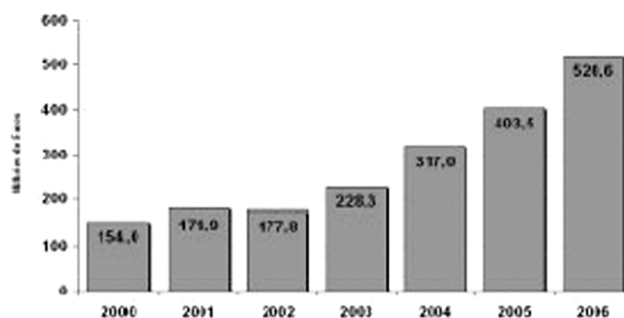
Investimento por tipo de equipamentos



Leasing imobiliário:

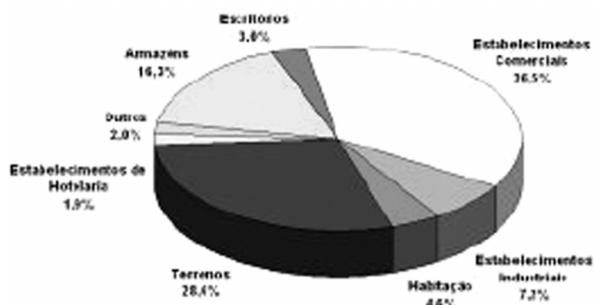
O segmento imobiliário realizou 647 contratos no valor global de 520 603 milhares de euros (+ 29%), correspondendo a um valor médio por contrato de 804,6 milhares de euros, observando-se um aumento do valor unitário do contrato (+ 25,6%) por força da existência de algumas operações ligadas a grandes projectos.

Produção da empresa — leasing imobiliário



Na afectação por sector de actividade, a produção da empresa no segmento de *leasing* imobiliário foi canalizada principalmente para os sectores de hotelaria/restauração, comércio, indústrias transformadoras, e construção civil/obras públicas. Os principais tipos de bens locados, foram os imóveis comerciais, os terrenos (por força de elevado número de pré-contratos), os armazéns e os imóveis comerciais, prosseguindo-se também neste segmento uma política de dispersão do risco.

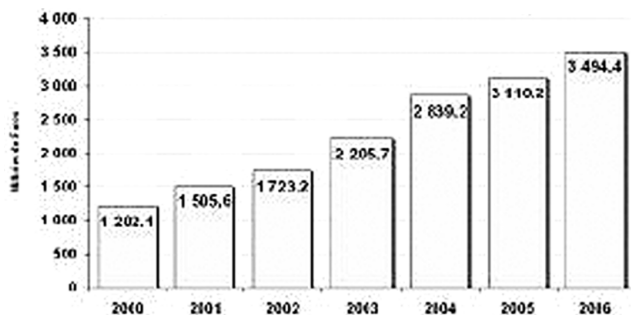
Investimento por tipo de imóveis



3.2 — Factoring

A empresa no segmento de *factoring* viu aumentar o volume de negócios (créditos tomados) ao atingir uma produção de 3494,4 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 12,4% em relação ao ano anterior.

Produção da empresa — factoring

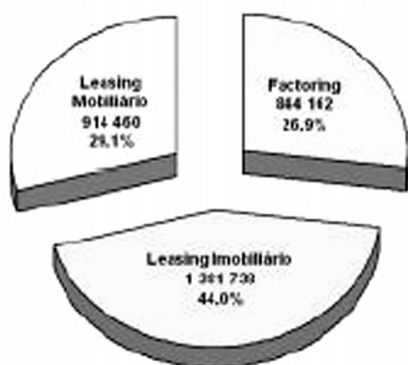


As principais áreas de actividade económica recorrentes do *factoring*, foram o comércio, a construção civil/obras públicas e as indústrias transformadoras, sendo as obras públicas as que continuam a deter papel relevante no desenvolvimento deste segmento.

4 — Crédito a clientes

A operação de securitização realizada em 26 de Abril de 2002, no valor de 300 milhões de euros, teve o seu termo no mês de Dezembro de 2006 com o exercício por parte da empresa da *clean-up call*, com a consequente entrada em balanço da carteira com crédito associado, cujo montante ascendeu a 25 042 milhares de euros.

Composição do crédito a clientes



O crédito a clientes em 2006, revelou uma evolução favorável de 456 milhões de euros (+ 17%). A carteira de clientes revelou um crescimento de 18,5% no *leasing* mobiliário, de 22,3% no *leasing* imobiliário e um decréscimo de 2,2% no *factoring*, por força das cedências de crédito que em 2006 atingiram 233,4 milhões de euros.

A empresa manteve um elevado grau de diversificação, tanto ao nível sectorial como também ao nível de concentração em termos de empresas e grupos económicos, da sua carteira de crédito.

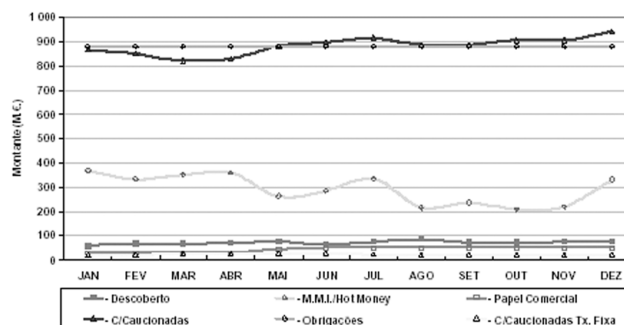
O crédito vencido global da empresa aumentou ligeiramente, por força do exercício da *clean-up call* da operação de securitização de *leasing* mobiliário, fazendo com que o *ratio* de crédito vencido/crédito concedido, tenha passado de 1,33% em 2005 para 1,36% em 2006 — na ausência do efeito atrás referido, o *ratio* seria de 1,25% — encontrando-se em qualquer dos casos, consideravelmente abaixo da média do sector, evidenciando a manutenção da política de rigor assumida na selecção do crédito e no acompanhamento atempado de situações de recuperação. O *ratio* do crédito vencido a mais de 90 dias situou-se nos 0,60%.

5 — Recursos financeiros

A política de recursos financeiros, no cumprimento da estratégia definida, continuou dirigida para as diversas vertentes do negócio, com atenção especial na competitividade do preço do *funding* e na cobertura dos riscos inerentes à actividade, associado ao conveniente equilíbrio da estrutura financeira da empresa.

Os recursos financeiros apresentaram um aumento de 18,3% em relação ao exercício transacto, identificando-se estreitamente com a evolução do crédito a clientes, sendo constituídos fundamentalmente por papel comercial, obrigações de caixa e empréstimos bancários, incluindo operações de MMI para cobertura das necessidades de curto prazo.

Capitais médios



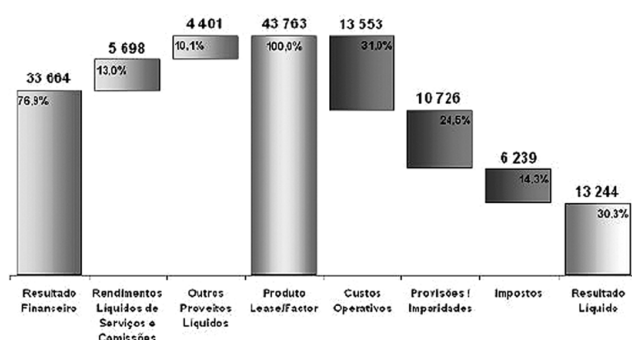
Em 2006, os empréstimos bancários globais aumentaram 445,8 milhões de euros ascendendo no final do ano a 2089 milhões de euros, tendo sido ainda realizado uma nova operação de papel comercial no valor de 20 milhões de euros, elevando a carteira de títulos para o montante de 927 milhões de euros, constituída por (em milhões de euros):

Obrigações de caixa	832
Obrigações de caixa subordinadas	32
Obrigações perpétuas subordinadas	15
Papel comercial	48

Neste exercício, foram objecto de admissão à cotação na Euronext Lisbon, no segmento *easynext bonds*, oito emissões de obrigações de caixa no valor global de 810 milhões de euros.

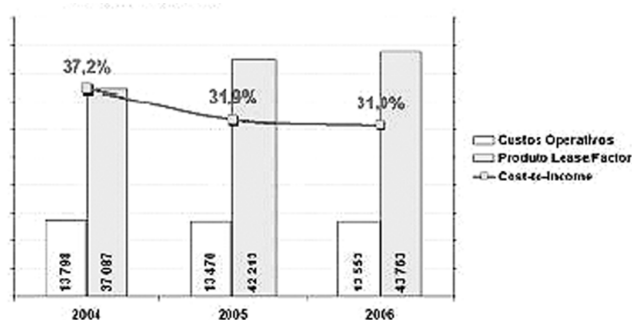
6 — Situação económico-financeira

O aumento da margem financeira (+ 4,9%), num mercado fortemente concorrencial, conjugado com o comportamento positivo do serviço prestado a clientes (+ 11,6%), líquido das comissões pagas às instituições de crédito, conduziu ao crescimento (+ 6,5%) do produto comercial. O fim do recebimento de dividendos da ex-participada Crediflash, integrada no BES no 1.º semestre de 2006, afectou a evolução de outros proveitos líquidos. Nestas circunstâncias, o produto *lease/factor* revelou um aumento de 1550 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 3,7%, em relação ao ano precedente.

Decomposição do produto *lease/factor*

A empresa conseguiu patentear um crescimento dos seus custos operativos em apenas 0,6%, nível muito abaixo da inflação, num cenário de expansão da sua actividade. Os custos com o pessoal aumentaram 2,8% por consequência da diminuição do número de colaboradores perante o aumento natural da massa salarial global. Os fornecimentos e serviços de terceiros, denotaram um decréscimo de 1% por força da política rigorosa de contenção de custos levada a efeito com a diminuição dos gastos em publicidade e serviços especializados. As amortizações aumentaram 5,4% na sequência da finalização de projectos relacionados com a área de tecnologias de informação.

Cost-to-income

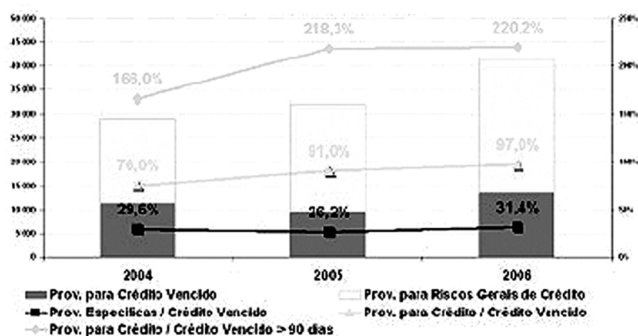


Neste contexto, o *cost-to-income* manteve a tendência decrescente dos últimos anos, tendo em 2006 atingido 31% contra 31,9% do ano anterior, verificando-se que a empresa tem obtido um notável desenvolvimento da sua actividade, mantendo praticamente os mesmos custos operativos, confirmando a eficiência da política de rigor no controle dos custos.

As provisões líquidas de reposições e anulações conjuntamente com as imparidades, ascenderam em 2006 a 10,7 milhões de euros (+ 2,2 milhões de euros), correspondendo a um crescimento de 25,9% em relação ao ano anterior, e resulta sobretudo do forte crescimento da carteira de crédito.

A empresa manteve a política de provisionamento assente em critérios de prudência na cobertura dos riscos perante as condições económicas, tendo sido reforçado em 11,5 milhões de euros as provisões para crédito, que actualmente cobrem em 220,2% o crédito vencido a mais de 90 dias e 97% o crédito vencido total.

Provisões vs crédito



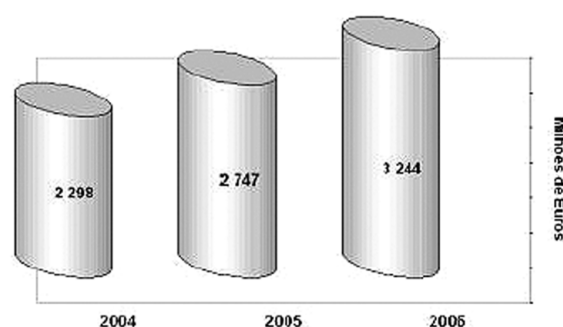
Decomposição do resultado

(Em milhares de euros)

	2005	2006	Variação (percentagem)
Resultado financeiro	32 088	33 664	+ 4,9
Serviço a clientes	9 656	10 777	+ 11,6
Produto comercial	41 744	44 442	+ 6,5
Resultados de operações financeiras e diversos	469	— 679	— 244,8
Produto <i>lease/factor</i>	42 213	43 763	+ 3,7
Custos operativos	13 470	13 553	+ 0,6
Resultado bruto	28 744	30 209	+ 5,1
Provisões líquidas de reposições	8 522	10 726	+ 25,9
Resultados antes de impostos	20 222	19 483	— 3,7
Impostos	7 259	6 239	— 14,1
Resultado líquido	12 963	13 244	+ 2,2

No final de 2006, a empresa alcançou um activo líquido de 3244 milhões de euros, revelando um assinalável crescimento de 18,1% em relação ao exercício anterior, cujo aumento andou também nesta ordem de grandeza. A evolução agora registada foi originada pela forte expressão da produção e em menor escala, pela recompra da carteira securitizada.

Activo líquido

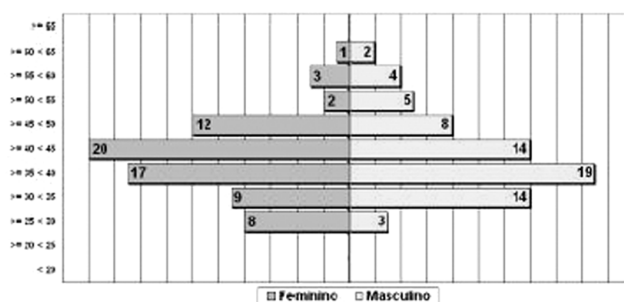


A situação líquida atingiu 80,8 milhões de euros, após distribuição antecipada de dividendos, correspondendo a um crescimento de 2,6 milhões de euros (+ 3,4%) em relação ao ano anterior.

7 — Recursos humanos e produtividade

O quadro de pessoal da Besleasing e Factoring no final de 2006 era composto por 141 colaboradores, sendo 72 do sexo feminino e 69 do sexo masculino, tendo-se verificado a redução de seis postos de trabalho face ao ano anterior. A idade média foi de 41 anos, onde cerca de 7,8% dos recursos humanos têm idade inferior a 30 anos e 26,2% superior a 45 anos.

Pirâmide etária



A demissão de pessoal em paralelo com a contenção de admissões de quadros no âmbito da política de gestão de recursos humanos, tem vindo a protelar quer o rejuvenescimento e fortalecimento da equipa quer o aumento das habilitações académicas dos colaboradores, conduzindo a uma antiguidade média dos recursos humanos de 11 anos, tendo 41,8% dos efectivos menos de 10 anos de actividade.

A alta representatividade (56%) de colaboradores com formação académica universitária, imprime um elevado grau de conhecimento técnico dos nossos recursos humanos, actualizado permanentemente com acções adequadas de formação, mantendo-se a estratégia de promoção do capital intelectual como factor diferenciador da empresa.

A política de recursos humanos seguida pela empresa associada ao forte aumento da actividade, conduziu a uma melhoria significativa da produtividade e eficiência.

Indicadores de produtividade

(Em milhares de euros)

	2005	2006	Varição (percentagem)
Custos administrativos/activo líquido (em percentagem)	0,30	0,25	— 5 b.p.
Cost-to-income (em percentagem)	31,91	30,97	— 94 b.p.
Activos por empregado médio	18 815	22 815	+ 21,3
Produção por empregado médio	27 216	32 017	+ 17,6

A empresa segue uma estratégia de reconhecimento do desempenho dos seus colaboradores na persecução dos objectivos definidos através de modelos de compensação e incentivos, seguindo os princípios estratégicos afirmados no modelo de gestão dos recursos humanos do grupo BES, que determinam a prestação de um serviço de qualidade a todos os seus clientes.

8 — Perspectivas para 2007

Em 2007, a economia mundial abrandará o seu ritmo de crescimento, embora mantendo em níveis elevados para os padrões históricos, perspectivando-se um expressivo crescimento do PIB mundial com o desenvolvimento mais difuso entre as principais economias mundiais. A inflação será beneficiada pelo arrefecimento da procura e pelo provável comportamento moderado do preço do petróleo. O investimento continuará a constituir um dos principais motores de crescimento económico.

Na União Europeia, a economia em 2007 deverá evidenciar ligeira desaceleração, em resultado de taxas de juro mais elevadas, políticas

orçamentais mais restritivas e um abrandamento das exportações. No que respeita à política monetária, o Banco Central Europeu deverá ainda proceder a duas subidas de 25 b.p. da principal taxa de juro de referência, com a alegação dos riscos inflacionistas, elevando a *refi-rate* para os 4%.

Em Portugal, a economia continua condicionada pela necessidade de redução do desequilíbrio das contas públicas, perspectivando-se para 2007 um desenvolvimento moderado com as exportações a servirem de referência, cujo dinamismo poderá conduzir à retoma do investimento.

Na actividade dos sectores nacionais de *leasing* e de *factoring* perspectiva-se uma evolução moderada, com a Besleasing e Factoring a manter o empenho numa política de consolidação da sua posição no mercado em todos os segmentos de negócio, com o auxílio do *cross-selling* instituído nas empresas do Grupo Banco Espírito Santo e do apoio da nossa rede de delegações.

A empresa continuará com a sua política de rigor, prevendo-se para 2007 a revisão dos sistemas de controlo interno tendo em vista a melhoria da eficiência da estrutura organizativa, continuando também a dar especial atenção à recuperação de crédito, às políticas de redução dos custos operativos e ao aumento da rentabilidade.

9 — Resultados e proposta de aplicação

A Besleasing e Factoring encerrou o exercício de 2006 com um resultado líquido no valor de 13 244 240,34 euros.

Assim e tendo em atenção as disposições legais e estatutárias, propõe-se a seguinte aplicação de resultados (em euros):

Reserva legal	1 325 000,00
Distribuição de dividendos (a)	10 019 225,40
Reservas livres	1 900 014,94

(a) 1,02 euros/acção. Em 2006 foram já distribuídos 5 251 252,84 euros a título de adiantamento.

10 — Considerações finais

Não obstante o crescimento moderado da economia portuguesa em 2006, a Besleasing e Factoring exerceu a sua actividade com excepcional desempenho, pelo que o conselho de administração quer expressar o seu agradecimento a todas as pessoas e entidades que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso da empresa.

O Conselho de Administração: *António José Baptista do Souto*, presidente — *António Luís Simões Tomás*, vogal — *Bernardo Leite de Faria Espírito Santo*, vogal — *Carlos Alberto Magalhães de Almeida Oliveira*, vogal — *Daniel Baptista Correia dos Santos*, vogal — *Elói de Almeida Marques da Silva*, vogal — *José António Beja Amaro*, vogal — *José Rodrigues Correia de Resende*, vogal — *Patrick Gérard Daniel Coudène*, vogal — *Rui José Costa Raposo*, vogal — *Vasco Luís Ivens Ferraz Jardim*, vogal.

Balço (NCA) em 31 de Dezembro de 2006

ACTIVO

	Notas/ /quadros anexos	2006			2005
		Provisões, imparidade e amortizações	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.5	12 255,47	—	12 255,47	12 608,12
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.5	3 172 898,01	—	3 172 898,01	2 068 724,80
Activos financeiros detidos para negociação	2.6	—	—	—	—
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.6	—	—	—	—
Activos financeiros disponíveis para venda	2.6, 21	4 511 640,00	—	4 511 640,00	16 041 454,06
Aplicações em instituições de crédito		—	—	—	—
Crédito a clientes	2.4, 2.6, 2.7, 18 e 22	3 140 359 462,37	13 369 696,00	3 126 989 766,37	2 675 016 633,97
Investimentos detidos até à maturidade	2.6	—	—	—	—
Activos com acordo de recompra		—	—	—	—
Derivados de cobertura		—	—	—	—
Activos não correntes detidos para venda	2.8 e 23	36 164 597,31	1 675 966,58	34 488 630,73	10 970 550,74
Propriedades de investimento		—	—	—	—
Outros activos tangíveis	2.9, 2.1 e 24	13 889 938,42	6 663 768,90	7 226 169,52	7 492 202,43

	Notas/ quadros anexos	2006			2005
		Provisões, imparidade e amortizações	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
Activos intangíveis	2.11 e 25	2 454 166,33	1 105 879,84	1 348 286,49	1 018 921,18
Investimentos em filiais, associadas e em- preendimentos conjuntos	2.12 e 26	903 880,66	503 479,40	400 401,26	1 146 698,11
Activos por impostos correntes	2.13	8 213,17	—	8 213,17	104 813,14
Activos por impostos diferidos	2.13 e 27	—	5 392 333,09	5 392 333,09	4 443 458,04
Outros activos	2.3, 2.6 e 28	60 806 495,85	89 220,43	60 717 275,40	28 640 931,99
<i>Total do activo</i>		3 267 675 880,66	23 408 011,15	3 144 267 869,51	2 746 956 996,55

PASSIVO

	Notas/ quadros anexos	2006	2005
Recursos de bancos centrais		—	—
Passivos financeiros detidos para negociação		—	—
Recursos de outras instituições de crédito	2.15 e 29	2 089 159 849,21	1 643 354 404,49
Recursos de clientes e outros empréstimos		—	—
Responsabilidades representadas por títulos	2.16 e 30	883 777 978,88	862 653 735,27
Passivos financeiros associados a activos transferidos		—	—
Derivados de cobertura		—	—
Passivos não correntes detidos para venda		—	—
Provisões	2.7, 2.17 e 18	28 014 588,22	25 653 857,01
Passivos por impostos correntes	2.13 e 20	1 116 625,18	2 416 787,58
Passivos por impostos diferidos	2.13 e 27	59 672,28	76 916,36
Instrumentos representativos de capital		—	—
Outros passivos subordinados	2.18 e 31	47 322 106,41	47 234 269,36
Outros passivos	2.3 e 32	114 040 289,38	87 466 894,02
<i>Total do passivo</i>		3 163 491 109,56	2 668 856 864,09
Capital		49 113 850,00	49 113 850,00
Prémios de emissão		—	—
Outros instrumentos de capital		—	—
Reservas de reavaliação		157 317,82	202 779,48
Outras reservas e resultados transitados		23 512 604,63	20 372 505,96
Acções próprias		—	—
Resultado do exercício		13 244 240,34	12 962 868,67
Dividendos antecipados		(15 251 252,84)	(14 551 871,62)
<i>Total do capital</i>	33	80 776 759,95	78 100 132,49
<i>Total do passivo+capital</i>		3 244 267 869,51	2 746 956 996,58

O Conselho de Administração: António José Baptista do Souto, presidente — António Luís Simões Tomás, vogal — Bernardo Leite de Faria Espírito Santo, vogal — Carlos Alberto Magalhães de Almeida Oliveira, vogal — Daniel Baptista Correia dos Santos, vogal — Eloi de Almeida Marques da Silva, vogal — José António Beja Amaro, vogal — José Rodrigues Correia de Resende, vogal — Patrick Gérard Daniel Coudène, vogal — Rui José Costa Raposo, vogal — Vasco Luís Ivens Ferraz Jardim, vogal. — O Responsável pela Contabilidade, Leonel João Araújo Fonseca. — Os Responsáveis pela Gestão, Vasco Luís Ivens Ferraz Jardim — José António Beja Amaro.

Demonstração dos resultados (NCA) em 31 de Dezembro de 2006

	Notas/ quadros anexos	2006	2005
Juros e rendimentos similares	2.2, 2.3 e 7	132 676 394,31	96 323 027,86
Juros e encargos similares	2.3 e 8	— 99 012 226,57	— 64 234 539,94
Margem financeira		33 664 167,74	32 088 487,92
Rendimentos de instrumentos de capital	2.2 e 9	120,39	1 169 672,92
Rendimentos de serviços e comissões	2.2 e 10	6 966 538,22	6 822 486,32
Encargos com serviços e comissões	11	— 1 268 726,70	— 1 263 703,11
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resul- tados (líquido)	12	59 323,93	257 588,19
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		—	—
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	2.20	— 15 221,18	6 955,09
Resultados de alienação de outros activos	2.2 e 13	98 147,79	750 462,05
Outros resultados de exploração	14	4 258 340,12	2 381 371,34
Produto bancário		43 762 690,31	42 213 320,72

	Notas/ quadros anexos	2006	2005
Custos com pessoal	2.3 e 15	— 4 476 746,44	— 4 355 771,97
Gastos gerais administrativos	2.3 e 16	— 8 243 039,85	— 8 322 957,21
Depreciações e amortizações	17	— 833 646,94	— 790 788,69
Provisões líquidas de reposições e anulações	18	— 4 374 443,45	— 5 074 648,39
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	18	— 6 104 688,83	— 2 227 747,08
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	—	415 416,84
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	19	— 247 290,31	— 1 635 259,90
Resultados antes de impostos		19 482 834,49	20 221 564,32
Impostos		— 6 238 594,15	— 7 258 695,65
Correntes	20	— 7 187 469,20	— 8 654 223,96
Diferidos	2.13	948 875,05	1 395 528,31
Resultados após impostos		13 244 240,34	12 962 868,67
Do qual: resultado após impostos de operações descontinuadas		—	—
Resultado líquido do exercício		13 244 240,34	12 962 868,67
Resultado líquido por acção	34	1,35	1,32

O Conselho de Administração: *António José Baptista do Souto*, presidente — *António Luís Simões Tomás*, vogal — *Bernardo Leite de Faria Espírito Santo*, vogal — *Carlos Alberto Magalhães de Almeida Oliveira*, vogal — *Daniel Baptista Correia dos Santos*, vogal — *Elói de Almeida Marques da Silva*, vogal — *José António Beja Amaro*, vogal — *José Rodrigues Correia de Resende*, vogal — *Patrick Gérard Daniel Coudène*, vogal — *Rui José Costa Raposo*, vogal — *Vasco Luís Ivens Ferraz Jardim*, vogal. — O Responsável pela Contabilidade, *Leonel João Araújo Fonseca*. — Os Responsáveis pela Gestão, *Vasco Luís Ivens Ferraz Jardim* — *José António Beja Amaro*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

(Valores expressos em euros)

1 — Introdução:

A sociedade foi constituída por escritura outorgada em 6 de Abril de 1990 e publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 265, de 16 de Novembro de 1990, a qual foi registada no Banco de Portugal em 28 de Maio de 1990, tendo inicialmente a denominação de Besleasing — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A.

No exercício de 1996, e após a aprovação por parte do Banco de Portugal, em Agosto, do projecto de fusão/cisão, com referência a 1 de Janeiro de 1996, o qual visava a segmentação das actividades de locação financeira mobiliária e imobiliária do grupo BES, a empresa alterou a sua denominação social, passando então a exercer exclusivamente a locação financeira imobiliária.

A cisão-fusão traduziu-se na cisão do património da Besleasing afecto à locação financeira mobiliária e subsequente integração no património da Internacional Leasing, passando esta a denominar-se Besleasing Mobiliária, enquanto que a Besleasing passou a denominar-se Besleasing Imobiliária.

Conforme escritura de fusão celebrada em 2 de Fevereiro de 2004, a então denominada Besleasing Imobiliária — Sociedade de Locação Financeira, S. A., procedeu à incorporação das sociedades Besleasing Mobiliária — Sociedade de Locação Financeira, S. A., e Euroges — Aquisição de Créditos a Curto Prazo, S. A., pela transferência global dos respectivos patrimónios para a sociedade, a qual — também pela mesma escritura — alterou, nomeadamente, a firma e o objecto social, passando a revestir a natureza de instituição financeira de crédito, adoptando a nova denominação Besleasing e Factoring — Instituição Financeira de Crédito, S. A. (adiante designada de sociedade).

A nova entidade manteve o corpo accionista e incorporou todos os activos, passivos e estruturas organizacionais e operacionais das empresas fusionadas, prosseguindo os objectivos e adoptando todos os procedimentos e controlos, agora conjuntamente, que se encontravam definidos para as anteriores entidades. A fusão reportou os seus efeitos à data de 1 de Janeiro de 2004.

A fusão visou a optimização integrada das actividades de *leasing* e *factoring*, sem prejuízo da unidade de orientação estratégica advinda da continuação da sua incorporação no grupo BES e da sua estrutura accionista, com o Banco Espírito Santo a manter uma posição maioritária e cuja rede de balcões, conjuntamente com a rede de balcões do Banco Internacional de Crédito, S. A., e do BES dos Açores constitui a principal fonte de angariação de negócios.

A sociedade desenvolve a actividade de locação financeira e de *factoring* a partir da sua sede social em Lisboa e de delegações no Porto, Leiria, Braga, Aveiro, Faro, e Viseu.

2 — Políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na determinação dos resultados do período e apresentação da situação financeira são as seguintes:

2.1 — Bases de apresentação:

Em 31 de Dezembro de 2006, as demonstrações financeiras da sociedade foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Portugal, ou seja, desde 2005, de acordo com as NCA — Normas de Contabilidade Ajustadas, as quais correspondem às NIC (Normas Internacionais de Contabilidade), com excepção das derrogações especificamente definidas pelo Banco de Portugal no aviso n.º 1/2005, de 28 de Fevereiro de 2005:

Valorimetria dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores;

Valorização (e cálculo da imparidade) dos restantes activos financeiros;

Mensuração de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras da Besleasing e Factoring foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, excepto no que respeita aos activos financeiros disponíveis para venda, que se encontram contabilizados ao justo valor.

2.2 — Reconhecimento dos principais tipos de rendimentos:

a) *Juros e rendimentos similares*. — A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados.

Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e repartidos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos de réditio ao longo de período superior a um mês.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

b) *Rendimentos de instrumentos de capital*. — Os resultados de instrumentos de capital decorrem exclusivamente dos rendimentos de

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, os quais são reconhecidos apenas quando efectivamente recebidos (v. nota n.º 2.12.).

c) *Rendimentos de serviços e de comissões.* — Os rendimentos de prestações de serviços a clientes de contratos de locação financeira e as comissões de operações de *factoring* são reconhecidos na íntegra com o reconhecimento inicial do activo financeiro correspondente.

d) *Resultados de alienação de outros activos.* — Os resultados de alienação de outros activos são reconhecidos quando se verifique terem sido transferidos para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens.

2.3 — Especialização de exercícios:

A *Besleasing* e *Factoring* segue o princípio da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas, reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança. Porém, nos casos em que as operações se encontrem vencidas há mais de 90 dias, a sociedade suspende a contagem dos juros correspondentes, os quais apenas são reconhecidos em proveitos se e quando recebidos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas, são registadas no balanço nas rubricas de outros activos e outros passivos, respectivamente.

2.4 — Transacções e outros acontecimentos que resultam no reconhecimento de activos e passivos no balanço *versus* transacções e outros acontecimentos que somente dão origem a contingências e compromissos:

São registados como crédito a clientes, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro por parte da instituição, abrangendo a actividade de créditos tomados (*factoring*) e de operações de locação financeira mobiliária e imobiliária.

Na rubrica de crédito interno são evidenciados saldos que decorrem de:

Contratos de locação financeira imobiliária e mobiliária:

Nas operações de locação financeira imobiliária, a sociedade regista: (i) o custo, líquido de quaisquer descontos obtidos, dos imóveis objectos de locação financeira, acrescido de encargos tais como o IMT (Imposto Municipal sobre Transacções), despesas notariais de escrituras, registos prediais e despesas de avaliação dos imóveis e (ii) adiantamentos para fazer face à aquisição de imóveis ou pagamentos de obras em curso em imóveis que se destinem a ser objecto de contratos de locação financeira.

Nas operações de locação financeira mobiliária, a sociedade regista: (i) o custo, líquido de quaisquer descontos obtidos, dos bens objecto de locação financeira, bem como (ii) adiantamentos por conta do fornecimento de equipamentos que se destinem a ser objecto de contratos de locação financeira.

A amortização do crédito concedido é calculada tendo por base a taxa de juro implícita nos contratos e resulta do respectivo capital financiado, plano de rendas acordado e valor residual. Com base neste método apenas os juros calculados sobre o valor actual líquido em cada momento são considerados como rendimento.

Contratos de *factoring*:

São classificados com recurso os créditos transmitidos mediante endosso a favor da sociedade, quando titulados por letras e outros efeitos cambiários, e os saldos devedores das contas correntes abertas em nome dos aderentes.

São classificados sem recurso os créditos representados por factura ou documento equivalente, transmitidos mediante cessão a favor da sociedade.

Em contas extrapatrimoniais são registados os compromissos irrevogáveis assumidos em contratos de locação financeira imobiliária à construção. As facturas ou documentos equivalentes em posse da sociedade para cobrança ou aquisição futura encontram-se classificadas como compromissos revogáveis.

2.5 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito:

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa regista os valores de numerário e depósitos à ordem.

2.6 — Valorização dos activos financeiros:

Os activos financeiros da empresa encontram-se valorizados em conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade 39 — Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a qual é de aplicação para os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2005.

a) *Activos financeiros ao justo valor através dos resultados.* — Esta categoria de activos financeiros caracteriza-se por se tratar de activos que:

São classificados como detidos para negociação, considerando que: (i) foram adquiridos principalmente com a finalidade de venda num prazo muito próximo, (ii) fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo ou (iii) se tratam de um derivado (excepto quando se trate de um instrumento de cobertura eficaz);

No reconhecimento inicial são designados pela sociedade pelo justo valor através dos resultados.

A *Besleasing* e *Factoring*, em conformidade com o estipulado pelo Banco de Portugal na instrução n.º 18/2005, de 15 de Junho de 2005, e com as Normas Internacionais de Contabilidade 32 e 39, apresenta na face das demonstrações financeiras duas categorias de activos financeiros expressos ao justo valor através dos resultados: (i) activos financeiros detidos para negociação e (ii) Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2006, a sociedade não possui activos financeiros ao justo valor através de resultados.

No período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2006 foram reconhecidos resultados com activos financeiros desta natureza no valor global de 59 324 euros (v. nota n.º 12).

b) *Investimentos detidos até à maturidade.* — São registados como activos detidos até à maturidade os activos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis, e maturidade fixada, em que a sociedade tem a intenção positiva e a capacidade de os deter até à maturidade.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado, usando o método do juro efectivo.

Em 31 de Dezembro de 2006, a sociedade não regista saldo em investimentos detidos até à maturidade. Não foram reconhecidos no período quaisquer resultados decorrentes de Investimentos detidos até à maturidade.

c) *Crédito a clientes ou contas a receber.* — Na data do reconhecimento inicial — em conformidade com o estipulado pelo Banco de Portugal no aviso n.º 1/2005 de 28 de Fevereiro —, os activos financeiros são registados pelo valor nominal, não sendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, incluídos em reclassificados para as restantes categorias de activos financeiros (v. ponto 2.7 — Bases de determinação de perdas de imparidade em crédito a clientes).

d) *Activos financeiros disponíveis para venda.* — São considerados como activos financeiros disponíveis para venda os activos financeiros que não sejam classificados como (i) crédito a clientes ou contas a receber, (ii) investimentos detidos até à maturidade ou (iii) activos financeiros pelo justo valor através dos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor através das reservas de justo valor (v. nota n.º 21).

2.7 — Bases de determinação de perdas de imparidade em crédito a clientes:

Os créditos a clientes e valores a receber de outros devedores são objecto de correcção de acordo com critérios de rigor e prudência, para que reflectam, a todo o tempo, o seu valor realizável.

Esta correcção é calculada em conformidade com o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas, respeitando o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro, e aviso n.º 3/2005, de 28 de Fevereiro.

a) *Provisões para risco específico de crédito.* — A provisão para risco específico de crédito baseia-se na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução a crédito a clientes.

Resulta do somatório de:

Provisão para crédito vencido — calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 1% e 100% sobre os valores vencidos, excepto o crédito tomado sobre o sector público administrativo, em função da classe de risco e da existência ou não de garantia real ou pessoal, conforme definido pelo Banco de Portugal;

Provisão outros créditos de cobrança duvidosa — aplicação de parcela que varia entre os 50% e 100% das taxas da provisão para crédito vencido, sobre o capital financiado e não vencido.

A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela administração da sociedade tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor da provisão para risco específico de crédito calculada em conformidade com o descrito nos parágrafos anteriores (quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas, estabelecido pelo Banco de Portugal) é considerado suficiente para fazer face à cobertura dos riscos de crédito identificados.

b) Provisões para riscos gerais de crédito. — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito concedido, incluindo o representado por compromissos irrevogáveis assumidos, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

Esta provisão resulta da aplicação das taxas de 1% e 1,5% aos valores que constituem a sua base de incidência, excepto no que respeita a crédito tomado sobre o sector público administrativo.

2.8 — Activos não correntes detidos para venda:

São considerados activos não correntes detidos para venda os activos cujo valor será recuperado principalmente através de uma transacção de venda altamente provável, que se espera que ocorra num período de um ano, em vez de através do seu uso continuado.

A sociedade regista nesta rubrica o valor de recuperação de bens em função de contratos resolvidos.

Os activos desta natureza são registados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o respectivo justo valor menos os custos de vender (v. nota n.º 23).

Sempre que o justo valor dos activos é menor que a correspondente quantia pela qual se encontram escriturados, é registado o ajustamento correspondente pelo reconhecimento de uma perda por imparidade.

2.9 — Activos tangíveis:

Os activos tangíveis são registados ao custo de aquisição líquido das respectivas amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destas imobilizações são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Para os activos transferidos da Euroges que foram adquiridos até 31 de Dezembro de 1996, o custo reconhecido, no ano de aquisição, com a amortização do respectivo imobilizado, correspondeu a 100% das referidas taxas.

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens. Estas são de 50 anos para edifícios e de três a 10 anos para os restantes bens.

2.10 — Contratos de locação — como locatário:

Os contratos de locação financeira relativamente aos quais a sociedade assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vindendas.

Os activos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pela empresa para as imobilizações corpóreas.

As rendas são constituídas: (i) pelo custo financeiro, reconhecido como gasto do período e (ii) pela amortização financeira do capital, deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação segundo uma taxa de juro periódica sobre o investimento líquido remanescente do locador.

As rendas com locações consideradas operacionais, nomeadamente pela inexistência de intenção de compra do bem, são contabilizadas como custo do exercício.

2.11 — Activos intangíveis:

As despesas incorridas com projectos informáticos encontram-se registadas pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade (v. nota n.º 25 relativa a activos intangíveis).

As amortizações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, pelo seu período de vida útil.

As taxas referidas são aplicadas a partir do mês em que são incorridas as despesas, variando a sua periodicidade entre três anos e seis anos.

2.12 — Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

Por integrarem o perímetro de consolidação do Grupo BES, as partes de capital das empresas associadas são mantidas ao custo de aquisição — em conformidade com o parágrafo 13 da Norma Internacional de Contabilidade 28 — Investimentos em associadas — sendo os rendimentos reconhecidos quando efectivamente atribuídos.

2.13 — Impostos sobre o rendimento:

A Besleasing e Factoring encontra-se sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis e considera a tributação diferida.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da maneira pela qual a sociedade espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja aprovada para utilização futura.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão vir a ser utilizados. Os impostos diferidos activos são objecto de revisão anual e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

2.14 — Perdas de imparidade:

Os activos da sociedade são objecto de análise com referência à data de cada balanço, de forma a avaliar indicações de eventuais perdas por imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2006, não existem situações de imparidade que não se encontrem já adequadamente reflectidas nas contas da sociedade, nomeadamente no que respeita a Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

2.15 — Recursos de outras instituições de crédito:

Os saldos de recursos de outras instituições de crédito são registados pelo seu valor nominal.

2.16 — Responsabilidades representadas por títulos:

Os saldos de responsabilidades representadas por títulos são registados pelo seu valor nominal.

2.17 — Provisões:

São constituídas provisões no balanço sempre que a sociedade regista uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar a obrigação.

2.18 — Outros passivos subordinados:

Os saldos de outros passivos subordinados são registados pelo seu valor nominal.

2.19 — Pensões de reforma:

Na sequência da incorporação da Euroges na ex-Besleasing Imobiliária, foi solicitado ao Instituto de Seguros de Portugal, por requerimento subscrito igualmente pela ESAF — Espírito Santo Fundos de Pensões, S. A., a extinção do Fundo de Pensões Euroges; e, ao Banco de Portugal, a transferência das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e dos respectivos activos de cobertura, para, respectivamente, o Banco Espírito Santo e o Fundo de Pensões do BES, tendo-se procedido no decurso do exercício de 2004 à regularização dos saldos evidenciados em balanço (transitados da Euroges) que se relacionavam com extinto Fundo de Pensões Euroges.

Assim, em 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2006, a Besleasing e Factoring não regista quaisquer responsabilidades por benefícios pós-emprego atribuídos a empregados tais como pensões, outros benefícios de reforma, seguro de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

2.20 — Transacções em moeda diferente do euro:

As transacções expressas em moeda estrangeira são convertidas em euro aos câmbios oficiais vigentes à data da operação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais variações apuradas nos saldos existentes à data do balanço por referência às paridades vigentes nessa data, integram os resultados correntes do exercício.

2.21 — Informação por segmentos:

a) Segmento de negócio:

Segmento de negócio é um componente distinguível da sociedade, comprometido em fornecer um produto ou um serviço individual, e que está sujeito a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos negócio.

Foram identificados três segmentos de negócio distintos: locação financeira mobiliária; locação financeira imobiliária; e *factoring*.

b) Segmento geográfico:

Segmento geográfico é uma área individualizada da sociedade comprometida em prover produtos ou serviços dentro de um ambiente económico particular e que está sujeito a riscos e retornos que são diferentes de outras áreas que operam em outros ambientes económicos.

A empresa não possui subsidiárias no estrangeiro, pelo que não é considerada aplicável a divulgação de informação por segmento geográfico.

2.22 — Securitização de activos financeiros:

A Besleasing e Factoring realizou no exercício de 2002 operação de securitização com entidade financeira específica criada para esse efeito, cujo financiamento é assegurado pela emissão de dívida, por parte dessas entidades, nos mercados financeiros internacionais.

A política contabilística da sociedade segue a política do Grupo BES relativamente a estas operações e que consiste em registar a venda dos activos, deixando de os reconhecer no seu balanço, sempre que o comprador (entidade financeira) adquira, sem recurso, todos os direitos e obrigações inerentes a esses activos (v. nota n.º 37).

À data de 29 de Dezembro de 2006 foi exercido o direito de *clean-up call* previsto contratualmente, tendo sido efectuada a recompra dos créditos em aberto na operação de securitização por parte da Besleasing e Factoring à entidade financeira específica, bem como foi efectuada a venda dos títulos que se encontravam registados no seu activo. Transitou em 31 de Dezembro de 2006 o montante de 22 584 323 euros a pagar pela Besleasing ao veículo, montante esse regularizado em Janeiro de 2007.

2.23 — Distribuição de resultados aos empregados:

A distribuição de resultados aos empregados é objecto de especialização do exercício, sendo reconhecido como gasto do período em custos com o pessoal.

3 — Alterações de políticas contabilísticas:

A Norma Internacional de Contabilidade 8 — Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros não trata das alterações nas políticas contabilísticas que ocorrem quando uma entidade adopta pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

No período findo em 31 de Dezembro de 2006, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, nem de estimativas ou erros.

4 — Gestão dos riscos financeiros:

a) *Risco de crédito*. — O risco de crédito resulta na possibilidade de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente (e seu garante, se existir) relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a sociedade no âmbito da sua actividade creditícia.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito, complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação de controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

Enquanto subsidiária do Grupo BES, a sociedade beneficia dos modelos de *rating* e *scoring* desenvolvidos pelo Grupo, de forma a cobrir todas as carteiras do Grupo, desempenhando um papel determinante, não só na análise técnica do risco mas também nos processos de aprovação e controlo do risco de crédito.

Os sistemas internos de gestão de risco desenvolvidos ao nível do grupo, assentam em dois grandes vectores, atendendo às suas particularidades, no que respeita à sua aplicação e desenvolvimento:

Modelos internos de *rating* para carteiras de empresas:

Sendo a abordagem desenvolvida em função da dimensão e do sector de actividade dos clientes/operações. Relativamente às pequenas empresas, além da análise da informação financeira e qualitativa, efectua-se um estudo do comportamento bancário histórico das entidades e do(s) sócio(s)/accionista(s), na quantificação do risco subjacente. No que concerne ao segmento de médias empresas, a análise de risco relaciona informação financeira com dados de natureza qualitativa, trabalhados segundo modelos de *rating* estatísticos, pelas equipas de analistas de risco. Para as grandes empresas beneficia-se das notações de risco desenvolvidas por uma equipa altamente especializada (mesa de *rating* do Grupo BES), estruturada por sectores de actividade. A quantificação do risco baseia-se em variáveis quantitativas e qualitativas, dependentes do comportamento dos sectores de actividade dos clientes/operações.

Modelos internos de *scoring* para carteiras de particulares:

Na sequência de uniformização ao nível do Grupo BES dos modelos, directrizes e parâmetros necessários à adopção de uma metodologia de *ratings* internos. Por conseguinte, foram efectuados estudos sobre a carteira de activos do Grupo, de forma a basear a construção de modelos comportamentais para a mensuração do perfil de risco. No seguimento das acções desenvolvidas, foi emanada em 2004 a norma de procedimentos de *rating*, que regula para todo o Grupo BES, o procedimento interno de atribuição das notações de *rating/scoring* aos diferentes segmentos de risco.

Paralelamente, à gestão permanente da carteira de crédito, os procedimentos/processos de concessão de crédito, em conotação com as ferramentas de gestão de risco supracitadas, constituem uma preocupação corrente, no que respeita à definição dos poderes de crédito dos diferentes escalões de decisão, quer quanto a montantes financiados, quer quanto à definição do *pricing* a praticar. À semelhança do verificado em exercícios anteriores continuou-se a reforçar e melhorar os procedimentos de controlo e acompanhamento dos limites de concessão de crédito.

A estrutura do crédito concedido a clientes pela sociedade, é a seguinte:

Composição da carteira de crédito — valores antes de provisões

(Em milhares de euros)

Período	<i>Leasing</i>					<i>Factoring</i>			Juros corridos — Diferidos	Crédito a clientes
	Empresas	Particulares	SPA	Adiantamentos	Total	SPA	Empresas	Total		
Dezembro de 2006	2 158 725	125 516	1 704	3 080	2 289 025	393 747	455 158	848 905	2 429	3 140 359
Percentagem	—	—	—	—	72,9	—	—	27,0	0,1	100
Dezembro de 2005	1 721 766	73 434	1 941	19 137	1 816 278	433 142	432 180	865 322	2 781	2 684 381
Percentagem	—	—	—	—	67,7	—	—	32,2	0,1	100

A evolução do crédito a clientes, com referência a 31 de Dezembro de 2006, registou um crescimento de 16,9%, comparativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005. O incremento verificado sustenta-se essencialmente, numa variação positiva (+ 26%) das operações de locação financeira (o crescimento mais significativo regista-se na locação imobiliária, que apresenta um aumento de cerca de 62% em relação a Dezembro de 2005) que passam a representar em 72,9 %, a sua participação na carteira de crédito da sociedade, destacando-se o aumento registado no crédito concedido a empresas (+ 25,4%).

No que respeita ao negócio de *factoring*, o seu peso na carteira diminuiu para 27% (32,2% em Dezembro de 2005), traduzindo-se num decréscimo de 1,9% relativamente a igual período de 2005, assentando, essencialmente, no decréscimo verificado na aquisição de créditos cedidos pelo SPA (diminuição de 9,1% comparativamente a 2005).

A carteira de crédito a empresas mantém um grau de diversificação elevado, tanto ao nível sectorial como numa perspectiva de maiores exposições (empresa e/ou grupos económicos) tendo sido assegurada a manutenção de níveis de concentração prudentes.

Decomposição da carteira de *leasing* em crédito vivo e não vivo

(Em milhares de euros)

	2006				2005			
	Vincendo	Vencido	Carteira	Porcentagem	Vincendo	Vencido	Carteira	Porcentagem
<i>Leasing</i> imobiliário	1 371 220	6 238	1 377 458	60,2	1 121 446	5 183	1 126 629	62,0
Contratos vivos	1 370 700	3 352	1 374 052	60,0	1 119 180	2 128	1 121 308	61,7
Contratos não vivos	—	2 886	2 886	0,1	—	3 055	3 055	0,2
Propostas	520	—	520	—	2 266	—	2 266	0,1
<i>Leasing</i> mobiliário	900 499	11 068	911 567	39,8	682 833	6 816	689 649	38,0
Contratos vivos	897 939	4 312	902 251	39,4	665 962	2 201	668 163	36,8
Contratos não vivos	—	6 756	6 756	0,3	—	4 615	4 615	0,3
Adiantamentos	2 560	—	2 560	0,1	16 871	—	16 871	0,9
	2 271 719	17 306	2 289 025	100,0	1 804 279	11 999	1 816 278	100,0

Relativamente à repartição do crédito sobre clientes nos negócios de locação financeira (por tipologia de equipamento financiado) e *factoring* (por sector de actividade), encontra-se apresentada seguidamente:

Decomposição da carteira de *leasing* mobiliário em vigor por tipo de equipamento

	2006		2005	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
Veículos ligeiros e mistos	197 602	21,7	165 890	24,8
Diversos	233 834	25,7	153 977	23,0
Equipamento específico para a indústria transformadora	114 298	12,5	99 232	14,9
Veículos pesados e reboques e mercadorias	87 607	9,6	66 901	10,0
Aparelhagem e máquinas electrónicas	48 796	5,3	42 204	6,5
Equipamentos de construção civil e obras públicas	44 962	4,9	32 768	4,9
Mobiliário	32 614	3,6	27 408	4,2
Aeronaves	49 518	5,4	18 571	2,8
Equipamento movimento, armazenagem e transporte	20 133	2,2	15 359	2,4
Embarcações	29 581	3,3	9 498	1,5
Veículos pesados de passageiros	14 404	1,6	10 740	1,6
Outros equipamentos	38 218	4,2	11 457	1,7
	911 567	100,0	668 163	100,0

Decomposição da carteira de *leasing* imobiliário em vigor por tipo de imóvel

	2006		2005	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
Estabelecimentos comerciais	389 188	28,3	306 656	27,3
Armazéns	277 046	20,1	229 314	20,6
Terrenos	333 542	24,2	268 635	24,0
Escritórios	93 959	6,8	86 868	7,7
Estabelecimentos industriais	94 543	6,9	63 032	5,6
Estabelecimentos de hotelaria	65 784	4,8	61 940	5,5
Habitação	51 334	3,7	41 483	3,7
Garagens e parques	24 794	1,8	23 798	2,1
Estabelecimentos de saúde	9 712	0,7	9 423	0,8
Outros imóveis	37 556	2,7	30 159	2,7
	1 377 458	100,0	1 121 308	100,0

Decomposição da carteira de *factoring* por sector de actividade

(Em milhares de euros)

	2006		2005	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
Construção civil e obras públicas	464 627	54,7	534 876	61,8
Comércio	168 607	19,9	137 010	15,9
Indústrias transformadoras	107 953	12,7	97 296	11,2
Actividade imobiliária, alugueres e prestação de serviços	40 582	4,8	31 990	3,7
Transportes e comunicações	28 114	3,3	28 938	3,3
Educação, saúde e acção social	9 507	1,1	10 105	1,2
Outras actividades	29 515	3,5	25 107	2,9
	848 905	100,0	865 322	100,0

A qualidade da carteira de crédito na Besleasing e Factoring, regista em 2006, a seguinte evolução:

Qualidade da carteira de crédito

Variáveis	2006	2005	Variação	
			Absoluta	Relativa (porcentagem)
Crédito a clientes	3 140 359	2 684 381	455 978	17,0
Crédito vencido de clientes	42 644	35 707	6 937	19,4
Crédito vencido de clientes > 90 dias	18 672	11 221	7 451	66,4
Provisões para crédito a clientes	41 385	32 483	8 902	27,4
Crédito vencido/crédito a clientes	1,4	1,3	0,1 p.p.	—
Crédito vencido > 90 dias/crédito a clientes	0,6	0,4	0,2 p.p.	—
Provisões crédito/crédito vencido	97,0	91,0	6,0 p.p.	—
Provisões crédito/crédito vencido > 90 dias	2,2	2,9	— 0,7 p.p.	—

Na sequência dos desenvolvimentos preconizados ao nível dos instrumentos de quantificação e prevenção dos riscos, assim como da dinamização dos processos de esforço de cobrança, verificou-se uma variação positiva dos indicadores de qualidade do crédito, tanto em termos de sinistralidade como de cobertura, com particular evidência nos seguintes indicadores:

O crédito vencido registou um acréscimo de 6937 milhares de euros e o crédito a clientes vencido há mais de 90 dias de 7451 milhares de euros, o *ratio* de crédito vencido/crédito a clientes e crédito vencido > 90 dias/crédito a clientes, cresceram em Dezembro de 2006,

respectivamente, para 1,4% e 0,6%, relativamente aos registados no final do ano de 2005;

As coberturas do crédito vencido por provisões apresentam melhorias assinaláveis com especial relevância para o crédito vencido que atingiu um nível de cobertura de 97% (91% em Dezembro de 2005).

Assim, é expectativa da sociedade que com a dinamização dos processos/procedimentos de gestão de risco, desenvolvidos ao nível do Grupo BES, a tendência de melhoria registada nos níveis de sinistralidade e evolução nos níveis de cobertura, se venha a reflectir numa melhoria da qualidade da carteira de crédito.

Crédito vencido de clientes — classes de risco e respectivas provisões

Tipo de crédito vencido	Classes de antiguidade em 2006						2005
	I Até três meses	II De três meses a seis meses	III e IV De seis meses a 12 meses	V a X De 12 meses a 48 meses	XI e XII Mais de 48 meses	Total	
Crédito garantido:							
Valor bruto (a)	4 072	1 207	4 024	6 485	1 111	16 899	11 703
Provisões para crédito vencido	41 121	1 006	5 302	1 111	7 581	6 748	
Crédito não garantido:							
Valor bruto (b)	19 900	2 270	1 730	1 497	348	25 745	24 004
Provisões para crédito vencido	169	1 229	1 297	1 497	348	4 540	2 207
Crédito vencido total (a)+(b)	23 972	3 477	5 754	7 982	1 459	42 644	35 707
Percentagem	56,2	8,2	13,5	18,7	3,4	100,0	100,0
Provisões para crédito vencido	210	1 350	2 303	6 799	1 459	12 121	8 955
Provisões para cobrança duvidosa	74	79	471	624	1	1 249	410
Total de provisões específicas	284	1 429	2 774	7 423	1 460	13 370	9 365
Provisões específicas/crédito vencido total (percentagem)	0,7	3,4	6,5	17,4	3,4	31,4	26,2

No que respeita à desagregação do crédito vencido por classes de antiguidade e provisões específicas associadas, é de salientar o facto de o crédito vencido com mais de 48 meses representar 3,4% do total de crédito vencido, o qual paralelamente têm uma cobertura de 100% em termos de provisões. O reforço das provisões específicas favoreceu o grau de cobertura do crédito vencido, o qual ascendeu a 31,4% em 2006, face a 26,2% no ano transacto. Há ainda a salientar, que o crédito vencido garantido representava em 31 de Dezembro de 2006, 39,6% do total da dívida vencida em carteira (32,8% em 31 de Dezembro de 2005).

b) Risco de mercado. — O risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação das taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão do risco de mercado é tida em consideração não obstante a empresa nesta matéria apresentar risco quase nulo, em virtude de a sua actividade se desenvolver num enquadramento cujo risco é reflectido directamente no cliente e todas as operações se realizarem em moeda nacional. A gestão contempla a conjugação das características dos recursos/aplicações de modo a atingir o máximo equilíbrio, fundamentado essencialmente na maturidade, periodicidade e tipo de indezante.

A variação das taxas de juro no mercado tem cobertura nas taxas indexadas dos contratos de locação financeira e de *factoring*, que constituem a maioria da carteira de clientes. No caso das taxas fixas, cujo montante representa apenas 1,49% da carteira de clientes, a cobertura é realizada pelo recurso a empréstimos com a mesma natureza.

No mercado cambial, o risco é irrelevante atendendo que todos os fluxos financeiros das operações são realizados em moeda nacional, salvo raríssimas excepções de valor inexpressivo que não merecem qualquer cobertura cambial. A adesão ao euro veio praticamente anular as operações anteriormente realizadas em moeda estrangeira.

c) Risco de liquidez. — O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão de liquidez encontra-se centralizada no departamento financeiro. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

Internamente existem medidas consideradas satisfatórias para acompanhar, por um lado, a evolução da liquidez numa base diária (efectuada pela área de tesouraria do departamento financeiro) e, por outro, a evolução da liquidez a médio/longo prazo.

d) Risco operacional. — O risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para uma gestão corrente do risco operacional implícito na actividade da Besleasing e Factoring, na sequência da uniformização dos procedimentos de acompanhamento e de gestão da actividade ao nível do Grupo BES, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado pela estrutura organizacional da sociedade, que inclui os representantes designados por cada um dos departamentos. Durante a actividade corrente da sociedade, continuam a ser implementadas e/ou amadurecidas técnicas para a identificação de fontes de risco e da exposição às mesmas, para recolha de informação quantitativa e qualitativa sobre eventos ocorridos e para análise e interpretação de informação para identificação de acções de mitigação (acções correctivas e preventivas).

Destas técnicas destacam-se:

Análise detalhada de procedimentos:

Os processos identificados como mais críticos são objecto de uma análise detalhada, baseada na sua documentação de suporte, de forma a proceder à identificação e posterior controlo dos seus principais riscos operacionais. Esta análise permite também identificar eventuais medidas de mitigação que eliminem ou atenuem o(s) risco(s) identificado(s).

Recolha, classificação e categorização de acontecimentos decorrentes de risco operacional:

Esta metodologia visa recolher informação quantitativa e qualitativa sobre os eventos decorrentes do risco operacional, procedendo ao seu registo sistemático em base de dados.

Definição, monitorização e controlo de indicadores de risco:

As técnicas anteriormente descritas quando devidamente desenvolvidas, irão culminar na definição/monitorização de indicadores do processo, que permitem acompanhar a exposição à ocorrência de eventos de risco operacional, visando criar condições para a identificação de tendências que permitam a antecipação de falhas e a implementação de acções preventivas.

As conclusões que resultam da aplicação das metodologias mencionadas são comunicadas, não só aos responsáveis pelas áreas em apreço, como também a outras áreas transversais, dada estreita correlação entre as áreas operacionais.

5 — Actividades descontinuadas:

Nos exercícios de 2005 e de 2006 não existem actividades descontinuadas.

De igual forma, desde 31 de Dezembro de 2006 e até à presente data não existem decisões para descontinuar actividades operacionais.

6 — Resultados por segmentos:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a margem apurada por negócio pode ser resumida como se segue:

	2006			
	<i>Leasing mobiliário</i>	<i>Leasing imobiliário</i>	<i>Factoring</i>	Global
Proveitos de operações activas:				
Disponibilidades e créditos sobre instituições de crédito	12 795	19 335	11 916	44 045
Crédito clientes:				
Crédito a empresas	33 888 031	58 833 731	28 861 471	121 583 233
Crédito vencido	168 487	120 515	1 494 273	1 783 275
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	160 216	—	—	160 216
(A)	34 229 529	58 973 581	30 367 660	123 570 770
Custos de operações passivas:				
<i>Funding</i> (taxa variável)	(24 958 960)	(41 746 093)	(23 673 658)	(90 378 711)
<i>Funding</i> (taxa fixa)	(852 169)	(106 342)	—	(958 511)
<i>Funding</i> (taxa de IVA/taxa variável)	(376 887)	(287 784)	664 671	—
(B)	(26 188 016)	(42 140 219)	(23 008 987)	(91 337 222)
Margem financeira (C) = (A) + (B)	8 041 513	16 833 362	7 358 673	32 233 548
Prestação de serviços:				
Preçário (a)	1 947 806	1 953 006	83 679	3 984 491
Avaliações <i>rappel</i> (a)	—	45 857	—	45 857

	2006			
	<i>Leasing mobiliário</i>	<i>Leasing imobiliário</i>	<i>Factoring</i>	Global
Comissões activas	19 310	29 179	6 918 049	6 966 538
Outros	527 018	309 753	212 455	1 049 226
Comissões passivas	(337 106)	(509 396)	(422 225)	(1 268 727)
(D)	2 157 028	1 828 400	6 791 957	10 777 386
Margem do produto comercial (E) = (C) + (D)	10 198 541	18 661 762	14 150 631	43 010 934

	2005			
	<i>Leasing mobiliário</i>	<i>Leasing imobiliário</i>	<i>Factoring</i>	Global
Proveitos de operações activas:				
Disponibilidades e créditos sobre instituições de crédito	51 553	84 206	64 679	200 438
Crédito clientes:				
Crédito a empresas	22 720 283	40 742 515	24 970 654	88 433 452
Crédito vencido	158 751	94 187	1 408 905	1 661 843
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	241 189	—	—	241 189
(A)	23 171 776	40 920 908	26 444 238	90 536 922
Custos de operações passivas:				
Funding (taxa variável)	(15 278 625)	(26 784 956)	(18 839 478)	(60 903 058)
Funding (taxa fixa)	(603 598)	(177 446)	—	(781 045)
Funding (taxa de IVA/taxa variável)	(414 756)	(171 596)	586 352	—
(B)	(16 296 979)	(27 133 998)	(18 253 126)	(61 684 102)
Margem financeira (C) = (A) + (B)	6 874 798	13 786 909	8 191 112	28 852 819
Prestação de serviços:				
Preçário (a)	1 873 332	1 419 006	203 264	7 480 093
Avaliações <i>rappel</i> (a)	—	48 200	—	94 057
Comissões activas	15 567	25 428	6 781 491	6 822 486
Outros	217 280	204 526	131 460	553 265
Comissões passivas	(311 347)	(508 551)	(443 805)	(2 532 430)
(D)	1 794 832	1 188 608	6 672 410	12 417 471
Margem do produto comercial (E) = (C) + (D)	8 669 630	14 975 517	14 863 522	41 270 290

(a) Incluído em outros resultados de exploração (v. nota n.º 14).

7 — Juros e rendimentos similares:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
Juros de disponibilidades	6 259	647
Juros de aplicações	20 850	—
Juros de crédito a clientes:		
Juros de <i>factoring</i>	37 482 348	27 543 748
Juros de locação financeira:		
Locação imobiliária:		
Contratos celebrados	46 766 472	33 202 814
Adiantamentos	12 033 963	7 511 103
	58 800 435	40 713 917
Locação mobiliária:		
Contratos celebrados	33 347 127	22 252 085
Adiantamentos	499 620	468 197
	33 846 747	22 720 282
Juros de crédito ao exterior	74 580	28 598
	130 204 110	90 861 608
Juros de crédito vencido	1 783 275	1 661 843

	2006	2005
Juros de outros activos financeiros:		
De devedores e outras aplicações	1 733	1 555
Outros juros e rendimentos similares	660 167	3 652 437
	661 900	3 653 992
	132 676 394	96 323 027

8 — Juros e encargos similares:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
Recursos de outras instituições de crédito:		
Mercado monetário interbancário ...	10 238 196	12 881 506
Empréstimos	47 220 636	29 232 920
Outros juros	64 203	82 514
	57 523 035	42 196 940

	2006	2005
De responsabilidades representadas por títulos de carácter subordinado:		
Juros de papel comercial	1 260 229	652 128
Juros de obrigações de caixa	30 420 181	17 518 681
	<u>31 680 410</u>	<u>18 170 809</u>
De passivos subordinados	2 126 277	1 302 575
Outros juros e encargos similares	7 682 505	2 564 216
	<u>99 012 227</u>	<u>64 234 540</u>

9 — Rendimentos de instrumentos de capital:

Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo desta rubrica, no total de 120 euros, corresponde ao valor de dividendos recebidos da participada BES Açores. O saldo de 1 169 673 euros relativo ao exercício de 2005, compreende o valor de dividendos recebidos da antiga participada Crediflash (empresa integrada no Banco Espírito Santo no exercício de 2006) no valor de 1 169 554 euros, e do BES Açores no montante de 119 euros.

10 — Rendimentos de serviços e comissões:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
Por serviços prestados	66 472	60 526
Por operações de <i>factoring</i>	6 900 066	6 761 960
	<u>6 966 538</u>	<u>6 822 486</u>

Nesta conta são registadas essencialmente as comissões por prestações de serviços e por operações de *factoring*, cobradas a aderentes, incidindo sobre facturação cedida, cuja percentagem, contratada cliente a cliente, varia de acordo com o risco de negócio dos respectivos devedores.

11 — Encargos com serviços e comissões:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
Por serviços bancários prestados por terceiros	641 970	571 332
Por operações realizadas por terceiros	250 465	437 501
Outras comissões pagas	376 292	254 870
	<u>1 268 727</u>	<u>1 263 703</u>

12 — Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido):

O resultado de 59 324 euros evidencia o valor de liquidação antecipada da transacção de *forward rate agreement* (FRA). O resultado de 257 588 euros em 2005 evidencia o valor de liquidação antecipada de duas transacções de *forward rate agreement* (FRA), (144 754 euros em 31 de Março de 2005; 112 834 euros em 22 de Dezembro de 2005) incidindo sobre um capital de 300 milhões de euros.

13 — Resultados de alienação de outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
Rendimentos de alienação de outros activos:		
Mais-valias de bens de locação financeira	956 669	933 106
Mais-valias na realização de valores imobiliários	1 803	21 233
	<u>958 472</u>	<u>954 339</u>

Perdas em alienação de outros activos:

	2006	2005
Menos-valias de bens de locação financeira	(857 938)	(200 769)
Menos-valias na realização de valores imobiliários	(2 386)	(3 108)
	<u>(860 324)</u>	<u>(203 877)</u>
	<u>98 148</u>	<u>750 462</u>

14 — Outros resultados de exploração:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
Outros rendimentos de exploração:		
Outros ganhos e rendimentos operacionais:		
Recuperação de crédito, juros e despesas	366 371	454 327
Da prestação de serviços diversos	3 984 491	3 495 674
Avaliações <i>rappel</i>	45 857	48 200
Outros	696 712	98 958
	<u>5 093 431</u>	<u>4 097 159</u>
Ganhos em operações financeiras	5 862	6 106
	<u>5 099 293</u>	<u>4 103 265</u>
Outros encargos de exploração:		
Operação de securitização	(111 374)	(764 398)
Encargos com operações de <i>leasing</i>	(108 750)	(32 131)
Outros	(342 287)	(95 869)
	<u>(562 411)</u>	<u>(892 398)</u>
Outros impostos	(278 542)	(829 496)
	<u>(840 953)</u>	<u>(1 721 894)</u>
	<u>4 258 340</u>	<u>2 381 371</u>

A rubrica de recuperação de créditos, juros e despesas regista a recuperação de créditos anulados como incobráveis, bem como o valor de recuperação de juros e despesas relativas a crédito vencido.

A rubrica de rendimentos de exploração com prestação de serviços diversos regista essencialmente débitos a clientes com comissões por montagem de contratos de locação financeira.

A rubrica de outros rendimentos de exploração — outros — inclui o montante de 458 348 euros relativos a regularização de saldos credores de contas de clientes de *factoring* cujos contratos foram cancelados.

15 — Custos com o pessoal:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
Remunerações:		
Dos órgãos de gestão e fiscalização	950	4 150
Dos empregados	3 610 866	3 530 707
	<u>3 611 816</u>	<u>3 534 857</u>
Encargos sociais obrigatórios:		
Relativos a remunerações	674 019	670 667
Fundo de pensões	—	—
Outros	33 534	26 759
	<u>707 553</u>	<u>697 426</u>
Outros custos com o pessoal	157 377	123 489
	<u>4 476 746</u>	<u>4 355 772</u>

O efectivo médio anual de empregados ao serviço da sociedade, incluindo os destacados, encontrava-se distribuído pelas seguintes categorias profissionais:

	2006	2005
Funções de direcção	16	16
Funções de chefia	25	25
Funções específicas	27	28
Funções administrativas	71	75
Outras funções	2	3
	<u>141</u>	<u>147</u>

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da sociedade foram as seguintes:

	2006	2005
Membros da mesa da assembleia geral	950	550
Membros dos órgãos de administração	—	—
Membros dos órgãos de fiscalização	—	3 600
	<u>950</u>	<u>4 150</u>

16 — Gastos gerais administrativos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
Água, energia e combustíveis	154 347	132 874
Material de consumo corrente	118 667	114 337
Publicações	10 313	8 719
Material de higiene e limpeza	21 860	25 476
Outros fornecimentos de terceiros	28 346	26 635
Rendas e alugueres	407 712	429 700
Comunicações	509 721	473 144
Deslocações, estadas e representação ..	906 271	911 848
Publicidade e edição de publicações ...	1 377 384	1 531 119
Conservação e reparação	124 193	121 660
Transportes	2 350	11 785

	2006	2005
Formação de pessoal	43 537	50 981
Seguros	204 610	191 326
Serviços especializados	1 485 301	1 436 911
Outros serviços de terceiros	2 848 428	2 856 442
	<u>8 243 040</u>	<u>8 322 957</u>

17 — Depreciações e amortizações:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
Activos tangíveis:		
De imóveis	249 164	250 529
De equipamento	260 300	267 248
De activos em locação financeira	22 801	22 801
De outros activos em tangíveis	120	550
	<u>532 385</u>	<u>541 128</u>
Activos intangíveis	301 262	249 661
	<u>833 647</u>	<u>790 789</u>

18 — Provisões líquidas de reposições e anulações, correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) e imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006
Total de dotações	11 684 044
Total de reversões	(1 204 912)
	<u>10 479 132</u>

As rubricas de provisões registaram os seguintes movimentos:

	2005	Dotações	Utilizações	Reversões	Transferências	2006
Provisões acumuladas:						
Crédito cobrança duvidosa	410 228	978 219	—	409 728	270 517	1 249 236
Crédito vencido	8 954 636	6 331 382	4 764 298	795 184	2 393 925	12 120 460
	<u>9 364 864</u>	<u>7 309 601</u>	<u>4 764 298</u>	<u>1 204 912</u>	<u>2 664 442</u>	<u>13 369 696</u>
Provisões:						
Para riscos gerais de crédito	23 118 147	4 150 228	—	—	746 213	28 014 588
Outras provisões	2 535 710	224 215	75 596	—	(2 684 329)	—
	<u>25 653 857</u>	<u>4 374 443</u>	<u>75 596</u>	<u>—</u>	<u>(1 938 116)</u>	<u>28 014 588</u>
	<u>35 018 721</u>	<u>11 684 044</u>	<u>4 839 894</u>	<u>1 204 912</u>	<u>726 326</u>	<u>41 384 284</u>

19 — Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	Dotações	Utilizações	Reversões	Transferências	2006
Investimentos em associadas	503 479	—	—	—	—	503 479
Activos não correntes detidos para venda	1 003 493	728 413	—	55 940	—	1 675 966
Outros activos	1 240 729	325 379	—	750 562	(726 326)	89 220
	<u>2 747 701</u>	<u>1 053 792</u>	<u>—</u>	<u>806 502</u>	<u>(726 326)</u>	<u>2 268 665</u>

As provisões para outros activos respeitam a valores a receber do Estado respeitantes a imposto de selo provisionados a 100%.

20 — Impostos correntes:

A Besleasing e Factoring encontra-se sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e correspondente derrama.

O cálculo do imposto do período findo em Dezembro de 2006 foi efectuado pela sociedade com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 27,5% aplicada ao resultado antes do seu apuramento (19 482 834 euros) corrigido dos reforços para provisões para riscos

gerais de crédito (4 150 228 euros) e de adicional de imposto sobre o rendimento respeitante a anos anteriores (688 377 euros).

Não foram considerados quaisquer outros ajustamentos ao resultado contabilístico em 31 de Dezembro de 2006 por se considerar que o seu impacto no resultado do período não seria material.

21 — Activos financeiros disponíveis para venda:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
Títulos:		
Unidade de participação do Fungere	4 294 650	4 294 650
Lusitano Finance	—	11 467 108
Actualização para o justo valor	216 990	279 696
	<u>4 511 640</u>	<u>16 041 454</u>

Em 31 de Dezembro de 2005 o saldo de 11 467 108 euros, respeita à aquisição de títulos *notes* classe D2 — *equity piece/cash reserve*, correspondendo a *tranche* retida no âmbito de operação de securitização realizada em Abril de 2002 — título depositado no Banco Espírito Santo. A 31 de Dezembro de 2005 encontra-se registado um ajustamento para o justo valor dos títulos de 79 926 euros. Estes títulos foram vendidos ao seu valor nominal em 29 de Dezembro de 2006, quando se exerceu o direito de *clean-up call* da operação de securitização.

4 294 650 euros, relativos a 861 000 unidades de participação no Fungere (500 000 unidades de participação, adquiridas pela ex-Besleasing

Mobiliária e 361 000 unidades que integravam o activo da ex-Euroges), registadas pelo valor nominal de 1000\$ (4,98798 euros). O valor nominal foi entretanto redenominado para euros (passando o valor unitário a ser de 4,99 euros). A 31 de Dezembro de 2006 encontra-se registado um ajustamento para o justo valor das unidades de participação de 216 990 euros (em 2005: 199 770 euros).

22 — Crédito a clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006		
	Antes da provisão	Provisões	Líquido
Crédito interno:			
Créditos tomados — <i>factoring</i> :			
Com recurso	143 794 633	—	143 794 633
Sem recurso	679 771 922	—	679 771 922
	<u>823 566 555</u>	<u>—</u>	<u>823 566 555</u>
Locação mobiliária:			
Contratos celebrados	848 507 120	—	848 507 120
Securitizadora	—	—	—
Consórcios	(1 921 949)	—	(1 921 949)
Adiantamentos por contratos a celebrar	28 970 768	—	28 970 768
	<u>875 555 939</u>	<u>—</u>	<u>875 555 939</u>
Locação imobiliária:			
Contratos celebrados	1 135 059 646	—	1 135 059 646
Consórcios de contratos celebrados	(7 144 474)	—	(7 144 474)
Adiantamentos por contratos a celebrar	244 829 093	—	244 829 093
Consórcios por contratos a celebrar	(2 751 961)	—	(2 751 961)
Propostas	519 274	—	519 274
	<u>1 370 511 578</u>	<u>—</u>	<u>1 370 511 578</u>
	<u>3 069 634 072</u>	<u>—</u>	<u>3 069 634 072</u>
Crédito ao exterior	25 652 366	—	25 652 366
	<u>3 095 286 438</u>	<u>—</u>	<u>3 095 286 438</u>
Proveitos a receber de juros de crédito a clientes	7 759 959	—	7 759 959
Proveitos recebidos antecipadamente de juros de crédito a clientes	(5 331 313)	—	(5 331 313)
	<u>3 097 715 083</u>	<u>—</u>	<u>3 097 715 083</u>
Crédito vencido:			
<i>Factoring</i>	25 338 349	(4 074 901)	21 263 448
Locação mobiliária	11 067 608	(7 119 207)	3 948 401
Locação imobiliária	6 238 423	(2 175 588)	4 062 835
	<u>42 644 380</u>	<u>(13 369 696)</u>	<u>29 274 684</u>
	<u>3 140 359 463</u>	<u>(13 369 696)</u>	<u>3 126 989 767</u>

	2005		
	Antes da provisão	Provisões	Líquido
Crédito interno:			
Créditos tomados — <i>factoring</i> :			
Com recurso	95 957 904	—	95 957 904
Sem recurso	745 656 656	—	745 656 656
	841 614 560	—	841 614 560
Locação mobiliária:			
Contratos celebrados	743 030 658	—	743 030 658
Securitizadora	(75 908 290)	—	(75 908 290)
Consórcios	(1 160 893)	—	(1 160 893)
Adiantamentos por contratos a celebrar	16 871 137	—	16 871 137
	682 832 612	—	682 832 612
Locação imobiliária:			
Contratos celebrados	891 618 235	—	891 618 235
Consórcios de contratos celebrados	(8 553 721)	—	(8 553 721)
Adiantamentos por contratos a celebrar	236 514 522	—	236 514 522
Consórcios por contratos a celebrar	(1 079 611)	—	(1 079 611)
Propostas	2 265 687	—	2 265 687
	1 120 765 112	—	1 120 765 112
	2 645 212 284	—	2 645 212 284
Crédito ao exterior	680 739	—	680 739
	2 645 893 023	—	2 645 893 023
Proveitos a receber de juros de crédito a clientes	5 220 078	—	5 220 078
Proveitos recebidos antecipadamente de juros de crédito a clientes	(2 438 586)	—	(2 438 586)
	2 648 674 515	—	2 648 674 515
Crédito vencido:			
<i>Factoring</i>	23 707 781	(2 265 324)	21 442 457
Locação mobiliária	6 816 382	(4 484 301)	2 332 081
Locação imobiliária	5 182 820	(2 615 239)	2 567 581
	35 706 983	(9 364 864)	26 342 119
	2 684 381 498	(9 364 864)	2 675 016 634

Para além das provisões para crédito e juros vencidos e para crédito de cobrança duvidosa, a sociedade tem outras provisões apresentadas no passivo no valor de 28 014 588 euros (2005: 23 118 146 euros), que igualmente se destinam a cobrir riscos de crédito.

23 — Activos correntes detidos para venda:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Antes de provisão	Provisão	Líquido em 2006	2005
De locação financeira imobiliária	33 554 320	(275 096)	33 279 224	10 497 994
De locação financiamento mobiliária — imóveis	393 110	(275 512)	117 598	117 598
De locação financiamento mobiliário — equipamento	2 039 817	(959 989)	1 079 828	342 979
De operações de <i>factoring</i>	177 350	(165 370)	11 980	11 980
	36 164 597	(1 675 967)	34 488 630	10 970 551

São registados em activos não correntes detidos para venda activos detidos pela empresa por período superior a um ano no valor líquido contabilístico de 9 816 222 euros, dos quais 9 553 674 euros respeitam a imóveis em carteira e 262 548 euros a equipamentos. A administração entende que o atraso na venda destes activos decorre de acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da sociedade. A *Besleasing* e *Factoring* mantêm-se comprometida com o seu plano de vender estes activos.

Os ganhos com activos não correntes detidos para venda são registados em resultados de alienação de outros activos.

24 — Outros activos tangíveis:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	Aquisições	Abates e alienações	Correcções e transferências	2006
Imóveis	7 583 649	128 938	—	—	7 712 587
Equipamento	4 346 188	222 006	(80 891)	—	4 487 303

	2005	Aquisições	Abates e alienações	Correcções e transferências	2006
Imobilizado em locação financeira	1 659 393	—	—	—	1 659 393
Outras imobilizações corpóreas	30 655	—	—	—	30 655
Imobilizações em curso	74 669	159 250	—	(233 919)	—
	<u>13 694 554</u>	<u>510 194</u>	<u>(80 891)</u>	<u>(233 919)</u>	<u>13 889 938</u>
Amortizações e perdas por imparidade:					
Amortizações	(6 202 352)	(532 385)	70 968	—	(6 663 769)
Perdas por imparidade	—	—	—	—	—
	<u>(6 202 352)</u>	<u>(532 385)</u>	<u>70 968</u>	<u>—</u>	<u>(6 663 769)</u>
	<u>7 492 202</u>				<u>7 226 169</u>

Não existem situações de activos tangíveis entregues em garantia.

25 — Outros activos intangíveis:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2005	Aquisições	Abates e alienações	Correcções e transferências	2006
Activos intangíveis:					
Sistema de tratamento de dados	1 675 774	434 529	—	—	2 110 303
Imobilizações em curso	147 765	453 261	—	(257 163)	343 863
	<u>1 823 539</u>	<u>887 790</u>	<u>—</u>	<u>(257 163)</u>	<u>2 454 166</u>
Amortizações e perdas por imparidade:					
Amortizações	(804 618)	(301 262)	—	—	(1 105 880)
Perdas por imparidade	—	—	—	—	—
	<u>(804 618)</u>	<u>(301 262)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(1 105 880)</u>
	<u>1 018 921</u>				<u>1 348 286</u>

26 — Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

Esta rubrica é analisada como segue:

Empresa	Participação detida			2006		
	Capital	Número de acções	Porcen- tagem	Balanço	Depre- ciação	Valor líquido
BES Açores	17 500 000	200	—	1 000	—	1 000
Quinta dos Cónegos	3 700 000	111 000	15	900 980	(503 479)	397 501
BES Vida	250 000 000	100	—	1 900	—	1 900
E. S. Investment PLC	150 000	1	—	1	—	1
				<u>903 881</u>	<u>(503 479)</u>	<u>400 402</u>

A sociedade não detém portanto qualquer participação superior a 20%, sendo mantidas em rubrica de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos por se considerar que no âmbito do Grupo BES existe influência significativa.

Apresentam-se de seguida a informação financeira resumida das associadas que não se encontram contabilizadas usando o método da equivalência patrimonial, incluindo as quantias dos activos totais, passivos totais, réditos e resultados:

(Em milhares de euros)			
Empresa	2006		
	Activo líquido total	Passivo total	RLE
BES Açores	383 163	352 339	4 416
Quinta dos Cónegos	4 004	1 818	(109)
BES Vida	6 842 137	6 512 851	115 048
E. S. Investment PLC	427 857	419 043	36 449

27 — Activos e passivos por impostos diferidos:

Esta rubrica é analisada como segue:

a) Impostos diferidos activos e passivos reconhecidos:

	Activos		Passivos		Valor líquido	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Em activos intangíveis	11 485	149 981	—	—	11 485	149 981
Em activos financeiros	—	—	(59 672)	(76 917)	(59 672)	(76 917)
Em outros activos	—	53 942	—	—	—	53 942
Gratificações ao pessoal	—	—	—	—	—	—
Provisões para riscos gerais de crédito	5 380 848	4 239 535	—	—	5 380 848	4 239 535
	5 392 333	4 443 458	(59 672)	(76 917)	5 332 661	4 366 541

b) Movimento das diferenças temporárias no exercício:

	2005	Varição	2006
Activos intangíveis	545 385	—	545 385
Activos financeiros	(279 696)	62 706	(216 990)
Outros activos	279 967	—	279 967
Gratificações ao pessoal	—	—	—
Provisões para riscos gerais de crédito	2 844 007	—	2 844 007
	3 389 663	62 706	3 452 369

28 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
Devedores e outras aplicações	40 051 512	14 740 979
Outros activos	186 731	144 312
Rendimentos a receber	63 957	19 914
Despesas com encargo diferido	3 133 120	1 059 794
Operações activas a regularizar	17 371 176	13 916 662
	60 806 496	29 881 661
Imparidade para outros activos	(89 220)	(1 240 729)
	60 717 276	28 640 932

O saldo de devedores e outras aplicações integra principalmente o montante de 39 013 094 euros relativo a IVA a recuperar (2005: 13 455 019 euros), dos quais 30 507 976 euros (2005: 4 074 980 euros) respeitam a reembolsos já solicitados pela sociedade a aguardar despacho favorável por parte da administração fiscal.

A rubrica de despesas com encargos diferido é analisada como segue:

	2006	2005
Despesas antecipadas com créditos cedidos	1 810 400	73 477
IRC anos anteriores	—	—
Comissões de operações bancárias	403 760	345 925
Operação de securitização	—	75 000
Outros	918 960	565 392
	3 133 120	1 059 794

A rubrica de operações activas a regularizar é analisada como segue:

	2006	2005
Estuário Invest (a)	—	726 326
Regularização de saldos	15 733 894	10 521 432
De outras operações	1 637 282	2 668 904
	17 371 176	13 916 662

(a) Saldo que se encontrava integralmente provisionado em 31 de Dezembro de 2005.

29 — Recursos de outras instituições de crédito:

	2006			2005		
	Curto prazo	Médio prazo	Total	Curto prazo	Médio prazo	Total
C/C caucionada — taxa variável	—	1 539 000 353	1 539 000 353	—	1 099 327 636	1 099 327 636
C/C caucionada — taxa fixa	—	19 000 000	19 000 000	—	20 000 000	20 000 000
Descoberto	72 260 631	—	72 260 631	23 759 948	—	23 759 948
Mercado monetário interbancário	450 724	—	450 724 000	486 054 000	—	486 054 000
Hot money	—	—	—	10 000 000	—	10 000 000
	522 984 631	1 558 000 353	2 080 984 984	519 813 948	1 119 327 636	1 639 141 584
Encargos a pagar	8 174 865	—	8 174 865	4 212 821	—	4 212 821
	531 159 496	1 558 000 353	2 089 159 849	524 026 769	1 119 327 636	1 643 354 405

30 — Responsabilidades representadas por títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

Títulos	Montante	Prazo (anos)	Data		
			Emissão	Call-option	Vencimento
Obrigações de caixa:					
BLI/99	12 000 000	10	22-12-1999	22-12-2004	22-12-2009
BLI/2000 (a)	60 000 000	10	22-11-2000	22-11-2005	22-11-2010

Títulos	Montante	Prazo (anos)	Data		
			Emissão	Call-option	Vencimento
BEF 2004-2007 (a)	150 000 000	3	27-9-2004	—	22-9-2007
BEF 2004-2009 (a)	100 000 000	5	27-9-2004	22-9-2007	22-9-2009
BEF 2004-2014 (a)	100 000 000	10	27-9-2004	22-9-2009	22-9-2014
BEF 2005-2008 (a)	150 000 000	3	22-8-2005	—	22-8-2008
BEF 2005-2010 (a)	50 000 000	5	22-11-2005	22-11-2008	22-11-2010
BEF 2005-2011 (a)	100 000 000	6	22-8-2005	22-8-2008	22-8-2011
BEF 2005-2012 (a)	100 000 000	7	22-8-2005	22-8-2009	22-8-2012
BEF 2005-2015	10 000 000	10	25-5-2005	—	25-5-2015
Papel comercial:					
BEF 2005-2010	28 000 000	5	15-4-2005	—	15-4-2010
BEF 2006-2011	20 000 000	5	12-05-2006	—	12-5-2011
Encargos a pagar	3 777 979	—	—	—	—
	883 777 979				

(a) Emissões admitidas à negociação no segmento *easynext bonds* da Euronext Lisbon.

Estes empréstimos têm as características a seguir mencionadas:

Obrigações de caixa BLI — 1999:

Data de subscrição — 22 de Dezembro de 1999;
 Modalidade — obrigações de caixa;
 Moeda — euro;
 Número de obrigações emitidas — 240 000;
 Valor nominal — 50 euros;
 Montante global — 12 000 000 de euros;
 Subscrição — particular;
 Representação — escritural ao portador;
 Taxa de juro nominal — variável e igual à média aritmética simples das taxas Euribor para o prazo de seis meses, acrescida de 0,7%;
 Pagamento de juros — os juros são contados dia a dia e vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 22 de Junho e 22 de Dezembro de cada ano de vida das obrigações;
 Prazo de reembolso — 10 anos;
 Reembolso — efectuado ao valor nominal, de uma só vez, em 22 de Dezembro de 2009, salvo se se verificar o reembolso antecipado. A sociedade poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, neste caso por redução do valor nominal, do empréstimo, a partir da data do vencimento do 10.º cupão inclusive;
 Admissão à cotação — não será solicitada a admissão à cotação nas Bolsas de Valores;
 Organização, liderança e colocação — Banco Espírito Santo, S. A.;
 Serviço financeiro — Banco Espírito Santo, S. A.

Obrigações de caixa BLI — 2000:

Data de subscrição — 22 de Novembro de 2000;
 Modalidade — obrigações de caixa;
 Moeda — euro;
 Número de obrigações emitidas — 1 200 000;
 Valor nominal — 50 euros;
 Montante global — 60 000 000 de euros;
 Subscrição — particular;
 Representação — escritural ao portador;
 Taxa de juro nominal — variável e igual à taxa Euribor para o prazo de seis meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data início de cada período semestral acrescida de 0,67%;
 Pagamento de juros — os juros vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 22 de Maio e 22 de Novembro de cada ano de vida das obrigações;
 Prazo de reembolso — 10 anos;
 Reembolso — efectuado ao valor nominal, de uma só vez, em 22 de Novembro de 2010, salvo se se verificar o reembolso antecipado. A sociedade poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, neste caso por redução do valor nominal, do empréstimo, a partir da data do vencimento do 10.º cupão inclusive;
 Admissão à cotação — será solicitada a admissão à negociação das obrigações no segmento *easynext* da Euronext Lisboa — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A.;
 Organização, liderança e colocação — Banco Espírito Santo de Investimento, S. A.;
 Serviço financeiro — Banco Espírito Santo de Investimento, S. A.

Obrigações de caixa BEF — 2004-2007:

Data de subscrição — 27 de Setembro de 2004;
 Modalidade — obrigações de caixa;
 Moeda — euro;
 Número de obrigações emitidas — 3 000 000;
 Valor nominal — 50 euros;
 Montante global — 150 000 000 de euros;
 Subscrição — privada;
 Representação — escritural ao portador;
 Taxa de juro nominal — variável e igual à taxa Euribor para o prazo de três meses, em vigor no segundo dia útil *target* anterior à data de início de cada período trimestral acrescida de 0,65%;
 Pagamento de juros — os juros vencer-se-ão trimestral e postecipadamente, com pagamento a 22 de Março, 22 de Junho, 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano de vida das obrigações;
 Prazo de reembolso — três anos;
 Reembolso — efectuado ao valor nominal, de uma só vez, em 22 de Setembro de 2007;
 Admissão à cotação — será solicitada a admissão à negociação das obrigações no segmento *easynext* da Euronext Lisboa — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A.;
 Organização, liderança e colocação — Banco Espírito Santo, S. A.;
 Serviço financeiro — Banco Espírito Santo, S. A.

Obrigações de caixa BEF — 2004-2009:

Data de subscrição — 27 de Setembro de 2004;
 Modalidade — obrigações de caixa;
 Moeda — euro;
 Número de obrigações emitidas — 2 000 000;
 Valor nominal — 50 euros;
 Montante global — 100 000 000 de euros;
 Subscrição — privada;
 Representação — escritural ao portador;
 Taxa de juro nominal — variável e igual à taxa Euribor para o prazo de três meses, em vigor no segundo dia útil *target* anterior à data de início de cada período trimestral acrescida de 0,70%;
 Pagamento de juros — os juros vencer-se-ão trimestral e postecipadamente, com pagamento a 22 de Março, 22 de Junho, 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano de vida das obrigações;
 Prazo de reembolso — cinco anos;
 Reembolso — efectuado ao valor nominal, de uma só vez, em 22 de Setembro de 2009, salvo se se verificar o reembolso antecipado. A sociedade poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, neste caso por redução do valor nominal, do empréstimo, a partir da data do vencimento do 12.º cupão inclusive;
 Admissão à cotação — será solicitada a admissão à negociação das obrigações no segmento *easynext* da Euronext Lisboa — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A.;
 Organização, liderança e colocação — Banco Espírito Santo, S. A.;
 Serviço financeiro — Banco Espírito Santo, S. A.

Obrigações de caixa BEF — 2004-2014:

Data de subscrição — 27 de Setembro de 2004;
 Modalidade — obrigações de caixa;

Moeda — euro;
 Número de obrigações emitidas — 2 000 000;
 Valor nominal — 50 euros;
 Montante global — 100 000 000 de euros;
 Subscrição — privada;
 Representação — escritural ao portador;

Taxa de juro nominal — variável e igual à taxa Euribor para o prazo de seis meses, em vigor no segundo dia útil *target* anterior à data de início de cada período semestral acrescida de 0,75%;

Pagamento de juros — os juros vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 22 de Março e 22 de Setembro de cada ano de vida das obrigações;

Prazo de reembolso — 10 anos;

Reembolso — efectuado ao valor nominal, de uma só vez, em 22 de Setembro de 2014, salvo se se verificar o reembolso antecipado. A sociedade poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, neste caso por redução do valor nominal, do empréstimo, a partir da data do vencimento do 10.º cupão inclusive;

Admissão à cotação — será solicitada a admissão à negociação das obrigações no segmento *easynext* da Euronext Lisboa — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A.;

Organização, liderança e colocação — Banco Espírito Santo, S. A.;
 Serviço financeiro — Banco Espírito Santo, S. A.

Obrigações de caixa BEF — 2005-2008:

Data de subscrição — 22 de Agosto de 2005;
 Modalidade — obrigações de caixa;
 Moeda — euro;
 Número de obrigações emitidas — 3 000 000;
 Valor nominal — 50 euros;
 Montante global — 150 000 000 de euros;
 Subscrição — privada;
 Representação — escritural ao portador;

Taxa de juro nominal — variável e igual à taxa Euribor para o prazo de três meses, em vigor no segundo dia útil *target* anterior à data de início de cada período trimestral acrescida de 0,65%;

Pagamento de juros — os juros vencer-se-ão trimestral e postecipadamente, com pagamento a 22 de Fevereiro, 22 de Maio, 22 de Agosto e 22 de Novembro de cada ano de vida das obrigações;

Prazo de reembolso — três anos;

Reembolso — amortização ao par em 22 de Agosto de 2008;

Admissão à cotação — será solicitada a admissão à negociação das obrigações no segmento *easynext* da Euronext Lisboa — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A.;

Organização, liderança e colocação — Banco Espírito Santo, S. A.;
 Serviço financeiro — Banco Espírito Santo, S. A.

Obrigações de caixa BEF — 2005-2010:

Data de subscrição — 22 de Novembro de 2005;
 Modalidade — obrigações de caixa;
 Moeda — euro;
 Número de obrigações emitidas — 1 000 000;
 Valor nominal — 50 euros;
 Montante global — 50 000 000 de euros;
 Subscrição — privada;
 Representação — escritural ao portador;

Taxa de juro nominal — variável e igual à taxa Euribor para o prazo de seis meses, em vigor no segundo dia útil *target* anterior à data de início de cada período semestral acrescida de 0,70%;

Pagamento de juros — os juros vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 22 de Maio e 22 de Novembro de cada ano de vida das obrigações;

Prazo de reembolso — cinco anos;

Reembolso — efectuado ao valor nominal, de uma só vez, em 22 de Novembro de 2010, salvo se se verificar o reembolso antecipado. A sociedade poderá proceder ao reembolso antecipado, total mas não parcialmente, ao par, a partir da data do vencimento do 6.º cupão, inclusive;

Admissão à cotação — será solicitada a admissão à negociação das obrigações no segmento *easynext* da Euronext Lisboa — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A.;

Organização, liderança e colocação — Banco Espírito Santo, S. A.;
 Serviço financeiro — Banco Espírito Santo, S. A.

Obrigações de caixa BEF — 2005-2011:

Data de subscrição — 22 de Agosto de 2005;
 Modalidade — obrigações de caixa;
 Moeda — euro;

Número de obrigações emitidas — 2 000 000;
 Valor nominal — 50 euros;
 Montante global — 100 000 000 de euros;
 Subscrição — privada;
 Representação — escritural ao portador;

Taxa de juro nominal — variável e igual à taxa Euribor para o prazo de três meses, em vigor no segundo dia útil *target* anterior à data de início de cada período trimestral acrescida de 0,715%;

Pagamento de juros — os juros vencer-se-ão trimestral e postecipadamente, com pagamento a 22 de Fevereiro, 22 de Maio, 22 de Agosto e 22 de Novembro de cada ano de vida das obrigações;

Prazo de reembolso — seis anos;

Reembolso — efectuado ao valor nominal, de uma só vez, em 22 de Agosto de 2011, salvo se se verificar o reembolso antecipado. A sociedade poderá proceder ao reembolso antecipado, total mas não parcialmente, ao par, a partir da data do vencimento do 12.º cupão, inclusive;

Admissão à cotação — será solicitada a admissão à negociação das obrigações no segmento *easynext* da Euronext Lisboa — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A.;

Organização, liderança e colocação — Banco Espírito Santo, S. A.;
 Serviço financeiro — Banco Espírito Santo, S. A.

Obrigações de caixa BEF — 2005-2012:

Data de subscrição — 22 de Agosto de 2005;
 Modalidade — obrigações de caixa;
 Moeda — euro;
 Número de obrigações emitidas — 2 000 000;
 Valor nominal — 50 euros;
 Montante global — 100 000 000 de euros;
 Subscrição — privada;
 Representação — escritural ao portador;

Taxa de juro nominal — variável e igual à taxa Euribor para o prazo de três meses, em vigor no segundo dia útil *target* anterior à data de início de cada período semestral acrescida de 0,73%;

Pagamento de juros — os juros vencer-se-ão trimestral e postecipadamente, com pagamento a 22 de Fevereiro, 22 de Maio, 22 de Agosto e 22 de Novembro de cada ano de vida das obrigações;

Prazo de reembolso — sete anos;

Reembolso — efectuado ao valor nominal, de uma só vez, em 22 de Agosto de 2012, salvo se se verificar o reembolso antecipado. A sociedade poderá proceder ao reembolso antecipado, total mas não parcialmente, ao par, a partir da data do vencimento do 16.º cupão, inclusive;

Admissão à cotação — será solicitada a admissão à negociação das obrigações no segmento *easynext* da Euronext — Lisboa Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A.;

Organização, liderança e colocação — Banco Espírito Santo, S. A.;
 Serviço financeiro — Banco Espírito Santo, S. A.

Obrigações de caixa BEF — 2005-2015:

Data de subscrição — 25 de Maio de 2005;
 Modalidade — obrigações de caixa clássicas;
 Moeda — euro;
 Número de obrigações emitidas — 10 000;
 Valor nominal — 1000 euros;
 Montante global — 10 000 000 de euros;
 Subscrição — directa e particular;

Representação — ao portador integradas no sistema de liquidação da Interbolsa;

Taxa de juro nominal — variável e igual à Euribor a três meses em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período semestral de contagem de juros, acrescida de 0,70%;

Pagamento de juros — os juros vencer-se-ão trimestralmente e postecipadamente, com pagamento a 25 de Fevereiro, 25 de Maio, 25 de Agosto e 25 de Novembro de cada ano de vida das obrigações;

Prazo de reembolso — 10 anos;

Reembolso — efectuado ao par, integralmente, a 25 de Maio de 2015;
 Admissão à cotação — será requerida, à Bolsa Euronext Lisbon, a admissão à cotação no Mercado de Cotações Oficiais;

Organização, liderança e colocação — Banco Espírito Santo de Investimento, S. A.;
 Serviço financeiro — Banco Espírito Santo, S. A.

Papel comercial:

Data de emissão — 15 de Abril de 1998;
 Modalidade — programa de emissões de papel comercial por oferta privada de subscrição;

Montante global — 28 000 000 de euros;
 Líder e agente do sindicato — BES Investimento;
 Prazo — vence-se a 15 de Abril de 2010, e será prorrogado automaticamente por períodos sucessivos de cinco anos, salvo denúncia do mesmo com base na faculdade que permite, a qualquer das partes, anualmente, comunicar a sua intenção com uma antecedência mínima de 45 dias do termo do período anual (15 de Abril de cada ano);
 Representação — sob a forma escritural, em regime nominativo, de valor nominal mínimo de 0,01 euros;
 Realização — pagamento integral no acto de subscrição;
 Preço de emissão — abaixo do par, sendo os títulos emitidos a desconto por dentro;
 Modalidades de colocação — directa, por leilão e mista;
 Taxa de intervenção — Euribor + 0,25% a.a. arredondada para 1/1000% superior;
 Última colocação — 28 000 000 de euros, à taxa nominal de 3,70329% (12 de Outubro de 2006 — 12 de Abril de 2007).

Papel comercial:

Data de emissão — 12 de Maio de 2006;

Modalidade — programa de emissões de papel comercial por oferta privada de subscrição;

Montante global — 20 000 000 de euros;

Líder e agente do sindicato — BES Investimento;

Prazo — cinco anos, salvo denúncia do mesmo com base na faculdade que permite, a qualquer das partes, anualmente, comunicar a sua intenção com uma antecedência mínima de 45 dias do termo do período anual;

Representação — sob a forma escritural, em regime nominativo, de valor nominal mínimo de 0,01 euros;

Realização — pagamento integral no acto de subscrição;

Preço de emissão — abaixo do par, sendo os títulos emitidos a desconto por dentro;

Modalidades de colocação — directa e por leilão;

Taxa de intervenção — Euribor + 0,15% a.a. arredondada para 1/1000% superior;

Última colocação — 20 000 000 de euros, à taxa nominal de 3,8825% (10 de Novembro de 2006 — 11 de Maio de 2007).

31 — Outros passivos subordinados:

Esta rubrica é analisada como segue:

Passivos subordinados	Montante	Prazo (anos)	Data		
			Emissão	Call-option	Vencimento
BLI — 2001	7 000 000	10	4-5-2001	4-5-2006	4-5-2011
BEF subordinadas — 2004	25 000 000	10	27-10-2004	22-10-2009	22-10-2014
BEF subordinadas — 2005	15 000 000	(a)	22-09-2005	22-09-2015	(a)
Encargos a pagar	322 106				
	47 322 106				

(a) Obrigações perpétuas subordinadas.

Para cumprimento das disposições do Banco de Portugal em matéria de fundos próprios, a sociedade detém três empréstimos obrigacionistas subordinados, com as seguintes características:

Obrigações de caixa subordinadas BLI — 2001:

Data de subscrição — 4 de Maio de 2001;

Modalidade — obrigações de caixa subordinadas;

Moeda — euro;

Número de obrigações emitidas — 140 000;

Valor nominal — 50 euros;

Montante global — 7 000 000 de euros;

Subscrição — particular;

Representação — escritural ao portador;

Taxa de juro nominal — variável e igual à taxa Euribor para o prazo de seis meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data início de cada período semestral acrescida de 1,25%;

Pagamento de juros — os juros vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 4 de Maio e 4 de Novembro de cada ano de vida das obrigações;

Prazo de reembolso — 10 anos;

Reembolso — efectuado ao valor nominal, de uma só vez, em 4 de Maio de 2011, salvo se se verificar o reembolso antecipado. A sociedade poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, neste caso por redução do valor nominal, do empréstimo, a partir da data do vencimento do 10.º cupão inclusive;

Condições de subordinação — em caso de falência ou liquidação da emitente, o pagamento de juros e reembolso das obrigações a emitir ficam subordinados ao prévio pagamento de todos os valores aos demais credores não subordinados da emitente, tendo no entanto, os detentores das obrigações prioridade sobre os accionistas da sociedade;

Admissão à cotação — não será solicitada a admissão à cotação nas bolsas de valores;

Organização, liderança e colocação — Banco Espírito Santo de Investimento, S. A.;

Serviço financeiro — Banco Espírito Santo, S. A.

Obrigações de caixa subordinadas — BEF subordinadas — 2004:

Data de subscrição — 27 de Outubro de 2004;

Modalidade — obrigações de caixa subordinadas;

Moeda — euro;

Número de obrigações emitidas — 500 000;

Valor nominal — 50 euros;

Montante global — 25 000 000 de euros;

Subscrição — privada;

Representação — escritural ao portador;

Taxa de juro nominal — variável e igual à taxa Euribor para o prazo de seis meses, em vigor no segundo dia útil *target* anterior à data de início de cada período semestral acrescida de 1,25%;

Pagamento de juros — os juros vencer-se-ão semestral e postecipadamente, com pagamento a 22 de Abril e 22 de Outubro de cada ano de vida das obrigações;

Prazo de reembolso — 10 anos;

Reembolso — efectuado ao valor nominal, de uma só vez, em 22 de Outubro de 2014, salvo se se verificar o reembolso antecipado. A sociedade poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, neste caso por redução do valor nominal, do empréstimo, a partir da data do vencimento do 10.º cupão inclusive;

Condições de subordinação — em caso de falência ou liquidação da emitente, o pagamento de juros e reembolso das obrigações a emitir ficam subordinados ao prévio pagamento de todos os valores aos demais credores não subordinados da emitente, tendo no entanto, os detentores das obrigações prioridade sobre os accionistas da sociedade.

As obrigações representam responsabilidades subordinadas da emitente, sendo graduadas *pari passu* sem qualquer prioridade entre elas e, sendo graduadas ao mesmo nível de todas as outras dívidas e obrigações subordinadas e não garantidas da emitente, com excepção de que estas obrigações terão graduação sénior sobre qualquer dívida ou outras obrigações da emitente que, por assim o preverem ou por disposição legal, devam considerar-se subordinadas a estas obrigações;

Admissão à cotação — não será solicitada a admissão à cotação em bolsa;

Organização, liderança e colocação — Banco Espírito Santo, S. A.;
 Serviço financeiro — Banco Espírito Santo, S. A.

Obrigações perpétuas subordinadas — BEF subordinadas — 2005:

Data de subscrição — 22 de Setembro de 2005;

Modalidade — obrigações perpétuas subordinadas;

Moeda — euro;

Número de obrigações emitidas — 300 000;

Valor nominal — 50 euros;

Montante global — 15 000 000 de euros;

Subscrição — privada;

Representação — escritural ao portador;

Taxa de juro nominal — variável e igual à taxa Euribor para o prazo de três meses, em vigor no segundo dia útil *target* anterior à data de início de cada período trimestral acrescida de 2,25%;

Pagamento de juros — os juros vencer-se-ão trimestral e postecipadamente, com pagamento a 22 de Março, 22 de Junho, 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano de vida das obrigações;

Reembolso opcional pelo emitente — a sociedade poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total mas não parcialmente, ao par, a partir da data do vencimento do 40.º cupão, inclusive, mediante autorização prévia do Banco de Portugal;

Condições de subordinação — em caso de falência ou liquidação da emitente, o pagamento de juros e reembolso das obrigações a emitir ficam subordinados ao prévio pagamento de todos os valores aos demais credores não subordinados da emitente.

As obrigações representam responsabilidades subordinadas da emitente, sendo graduadas *pari passu* sem qualquer prioridade entre elas e, sendo graduadas ao mesmo nível de todas as outras dívidas e obrigações subordinadas e não garantidas da emitente, com excepção de que estas obrigações terão graduação sénior sobre qualquer dívida ou outras obrigações da emitente que, por assim o preverem ou por disposição legal, devam considerar-se subordinadas a estas obrigações.

Admissão à cotação — está prevista a admissão à negociação das obrigações à Bolsa Euronext Lisbon;

Organização, liderança e colocação — Banco Espírito Santo, S. A.; Serviço financeiro — Banco Espírito Santo, S. A.

32 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006	2005
Credores diversos	41 209 519	31 579 520
Outras exigibilidades:		
Sector público administrativo	638 506	550 451
Outros	4	—
	638 510	550 451
Recursos diversos — conta caução	11 371 174	11 725 440
Outros encargos a pagar	3 620 983	2 006 708
Outras contas de regularização	57 200 103	41 604 775
	114 040 289	87 466 894

O saldo de credores diversos é analisado como segue:

	2006	2005
Fornecedores de imobilizado em regime locação financeira	75 068	398 580
Fornecedores de locação financeira	32 067 054	25 977 652
Outros fornecedores — saldo credor	1 570 911	652 537
Credores por contrato de <i>factoring</i>	7 424 862	4 479 306
Credores diversos	71 624	71 445
	41 209 519	31 579 520

O saldo de recursos diversos — conta caução (11 371 174 euros) evidencia os montantes referentes a fundos de garantia de contratos de *factoring* e de cauções entregues por clientes na celebração de contratos Fórmula BES.

O saldo de outras contas de regularização é analisado como segue:

	2006	2005
Mais-valias de bens de locação financeira:		
Mobiliária	340 968	350 406
Imobiliária	1 032 425	821 530
	1 373 393	1 171 936
Mais-valias de outras operações	13 469	13 622
Valores cobrados	28 779 596	36 827 706
Operações passivas a regularizar:		
Valores a pagar à securitizadora	22 584 323	—
Locação financeira mobiliária	520 929	708 026
<i>Factoring</i>	1 896 690	1 264 475
	25 001 942	1 972 501
Regularização de saldos	2 024 894	1 619 010
Outras	6 809	—
	57 200 103	41 604 775

33 — Contas de capital:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Capital realizado	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Outras reservas
1 de Janeiro de 2006 — NCA	49 113 850	279 696	(76 916)	18 149 930
Aumento de capital	—	—	—	—
Aplicação de resultados de 2005:				
Constituição de reservas	—	—	—	3 140 099
Dividendos	—	—	—	—
Gratificações ao pessoal	—	—	—	—
Ajustamentos ao resultado em 2004	—	—	—	—
Valorização de activos financeiros	—	(62 706)	17 244	—
Dividendos antecipados	—	—	—	—
Resultado do período	—	—	—	—
31 de Dezembro de 2006 — NCAs	49 113 850	216 990	(59 672)	21 290 029
	Resultados transitados	Resultado do exercício	Dividendos antecipados	Total de capital
1 de Janeiro de 2006 — NCA	2 222 576	12 962 869	(4 551 872)	78 100 133
Aumento de capital	—	—	—	—
Aplicação de resultados de 2005:				
Constituição de reservas	—	(3 140 099)	—	—
Dividendos	—	(9 822 770)	4 551 872	(5 270 898)
Gratificações ao pessoal	—	—	—	—

	Resultados transitados	Resultado do exercício	Dividendos antecipados	Total de capital
Ajustamentos ao resultado em 2004	—	—	—	—
Valorização de activos financeiros	—	—	—	(45 462)
Dividendos antecipados	—	—	(5 251 253)	(5 251 253)
Resultado do período	—	13 244 240	—	13 244 240
31 de Dezembro de 2006 — NCAs	2 222 576	13 244 240	(5 251 253)	80 776 760

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social da sociedade encontrava-se representado por 9 822 770 acções, com um valor nominal de cinco euros cada, as quais se encontram subscritas e realizadas por diferentes accionistas:

Titular	Número de acções escriturais	Valor total	Porcentagem	Entidade depositária	Número de votos
Banco Espírito Santo, S. A.	8 777 241	43 886 205	89,35	BES	87 772
Credit Agricole de Leasing	877 479	4 387 395	8,93	BES	8 774
Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A.	59 427	297 135	0,60	BES	594
Avenida da Costa Cabral, S. A.	44 841	224 205	0,46	BES	448
Maria do Rosário Nunes Carvalho Teixeira	22 185	110 925	0,23	BES	221
Garina — Companhia Industrial de Margarinas, L. ^{da}	20 617	103 085	0,21	CBI	206
Cotiac — SGPS, Unipessoal, L. ^{da}	13 452	67 260	0,14	BPI	134
José Manuel Nunes Carvalho	7 528	37 640	0,08	BES	75
	9 822 770	49 113 850	100,00		98 224

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

A aplicação dos resultados da sociedade do exercício de 2005, apurados em conformidade com as NCA — Normas de Contabilidade Ajustadas e aprovados em assembleia geral, foi a seguinte:

	Valor
Dividendos distribuídos	9 822 770
Reserva legal	1 300 000
Reservas livres	1 840 099
	12 962 869

34 — Resultado por acção:

O resultado por acção, no exercício de 2006, foi de 1,35 euros tendo sido de 1,32 euros no exercício de 2005. O cálculo do resultado por acção baseia-se no resultado líquido de 13 244 240 euros (2005: 12 962 869 euros) e no número médio ponderado de acções no período, de 9 822 770 euros.

35 — Partes relacionadas:

Divulgam-se de seguida os relacionamentos da sociedade com partes relacionadas, por categoria de entidade, e, com identificação da natureza das transacções e saldos pendentes em 31 de Dezembro de 2005:

Parte relacionada	Atribuição de dividendos	Transacções			Saldo em 31 de Dezembro de 2006
		Natureza da transacção	Gastos	Réditos	

Accionistas:

Banco Espírito Santo, S. A. ...	4 709 868	Disponibilidades de obrigações em instituições de crédito	—	(14)	390 204
		Crédito a clientes	—	(30 463)	715 038
		Rendimentos a receber	—	—	2 751
		Despesas com encargo diferido	—	—	1 786 960
		Recursos de obrigações em instituições de crédito	—	—	(1 158 484 984)
		Responsabilidades de representação por títulos sem carácter subordinado	—	—	(762 000 000)
		Encargos a pagar	—	—	(6 237 704)
		Outros passivos subordinados	—	—	(40 000 000)
		Capital	—	—	(43 886 205)
		Dividendos antecipados	—	—	4 692 313
		Juros e encargos similares	62 559	—	—
			274	—	—
		Comissões	373 170	—	—
		Serviços especializados	2 486 372	—	—
Credit Agricole de Leasing	470 855	Ganhos de activos avaliados ao justo valor ...	—	(59 324)	—
		Ganhos activos financeiros	—	(66)	—
		Dividendos antecipados	—	—	469 100
		Outros	90 176	—	89 840

Associadas:

BES Açores	—	Disponibilidades de obrigações em instituições de crédito	—	—	3 157
		Investimentos	—	—	1 000

Parte relacionada	Atribuição de dividendos	Transacções			Saldo em 31 de Dezembro de 2006
		Natureza da transacção	Gastos	Réditos	
BES Açores		Juros e encargos similares	270	—	—
		Comissões	729	—	—
		Ganhos activos financeiros	—	(120)	—
Quinta dos Cónegos	—	Investimentos	—	—	900 979
		Provisões para imparidade acumuladas	—	—	(503 479)
		Suprimentos	—	—	120 668
E.S. Investment PLC	—	Investimentos	—	—	1
BES Vida	—	Investimentos	—	—	1 900
Administração e gerência (a)	—	Serviços especializados	423 225	—	(53 318)
		Custos com pessoal	50 000	—	—
Outras partes relacionadas:					
BES Investimento	—	Disponibilidades em obrigações em instituições de crédito	—	—	2 267
		Responsabilidades de representação por títulos sem carácter subordinado	—	—	(70 000 000)
		Outros passivos subordinados	—	—	(7 000 000)
		Encargos a pagar	—	—	(393 149)
		Juros e encargos similares	3 449 642	—	—
		Comissões	22 313	—	—
		Serviços especializados	236 017	—	—
BESSA	—	Comissões	39 831	—	—

(a) Não existem outras transacções com administradores.

36 — Locação operacional:

A Besleasing e Factoring celebra contratos de aluguer operacional de viaturas (AOV), cujas rendas vincendas ascendem em 31 de Dezembro de 2006 a 486 212 euros (31 de Dezembro de 2005: 480 583 euros).

Estes contratos são considerados locações operacionais por não obedecerem aos critérios da Norma Internacional de Contabilidade 17 — Locações, para serem considerados locações financeiras.

O valor referido acima é liquidável nos seguintes prazos:

	2006	2005
Responsabilidades por rendas vincendas:		
Menos de um ano	217 030	225 450
De um ano a quatro anos	269 182	192 400
	486 212	417 850

37 — Operação de securitização:

Na sequência da fusão, a empresa que vendeu os créditos — Besleasing Mobiliária — deve ser entendida actualmente como fazendo parte integrante da Besleasing e Factoring.

Em Abril de 2002, o Grupo BES realizou uma operação securitização de activos, tendo vendido à sociedade Lusitano Finance N.º 2 Plc, uma carteira de crédito a clientes no montante global de 450 milhões de euros, que inclui 150 milhões de euros de crédito ao consumo e registado no balanço do BES e 300 milhões de euros de contratos de locação financeira mobiliária registados no balanço da Besleasing Mobiliária.

No momento da venda não foram registados quaisquer ganhos ou perdas na conta de exploração da Besleasing Mobiliária. A Lusitano Finance N.º 2 Plc financiou esta aquisição através da emissão de três classes de obrigações, colocadas nos mercados financeiros internacionais. Nos termos da emissão, os detentores das referidas obrigações não possuem direito de recurso sobre o emitente ou sobre a Besleasing Mobiliária. Esta última empresa não poderá ser responsabilizada por qualquer montante de perda associada à carteira de crédito vendida, que seja superior ao valor nominal da obrigação Classe D, emitida pelo Lusitano Finance N.º 2 Plc para constituição de um depósito colateral (*cash reserv*) e, adquirida pela Besleasing Mobiliária. O valor nominal desta obrigação que corresponde ao *cash reserv* da transacção, assumirá um valor máximo de 4,5% do valor nominal da carteira de crédito vendida.

A Lusitano Finance N.º 2 Plc tem como única actividade deter a carteira de crédito adquirida ao BES e à Besleasing Mobiliária, sendo que o pagamento do montante de capital e juros das obrigações Classe A, B e C emitidas por esta entidade dependerá exclusivamente dessa carteira e do depósito colateral (*cash reserv*) constituído com base na emissão da obrigação Classe D. Esta obrigação confere ao seu detentor o direito ao recebimento trimestral de todo o resultado residual (*excess spread*) apurado pelo Lusitano Finance N.º 2 Plc após a liquidação das responsabilidades para com os detentores das obrigações Classe A, B e C e dos seus custos operacionais, o qual, sendo passível de estimativa, é periodificado e reconhecido na conta de exploração da Besleasing Mobiliária.

Para a Besleasing Mobiliária, esta operação de securitização teve as seguintes características:

a) Títulos emitidos pela Lusitano Finance N.º 2 Plc:

	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
Notação:				
Moody's	Aaa	Aa2	A2	—
Standart & poor's	AAA	AA	A+	—
Fitch ratings	AAA	AA	A+	—
Montante (euros)	273 146 666,67	7 500 000,00	19 353 333,33	15 000 000,00
Taxa de juro	Euribor 3m + 0,27% pa	Euribor 3m + 0,45% pa	Euribor 3m + 0,83% pa	<i>Excess spread</i>
Reembolso	Até Abril de 2010	Até Abril de 2010	Até Abril de 2010	Até Abril de 2010
Títulos detidos pela Besleasing:				
Valor contabilístico (euros)	—	—	—	—

b) Compromissos assumidos e/ou interesses retidos pelo Grupo:

Obrigações Classe D no valor máximo de 15 milhões de euros, o qual integra o saldo da rubrica de títulos de investimento de rendimento variável emitidos por não residentes.

Linhas de liquidez e garantias: não aplicável.

c) Entidades intervenientes:

Adquirente dos créditos: Lusitano Finance N.º 2 Plc e BNP Paribas (Portugal);

Administrador dos créditos de *leasing* mobiliário (*servicers*): Bes-leasing Mobiliária.

Em Dezembro de 2006 a operação de securitização teve o seu término através da opção de exercício da cláusula prevista contratualmente de recompra antecipada, por parte da Besleasing, de todos os créditos pendentes de regularização à data da *clean-up call*.

38 — Compromissos de capital:

Não existem compromissos relevantes assumidos pela sociedade em 31 de Dezembro de 2006 para aquisição de activos tangíveis.

Em contas extrapatrimoniais são ainda registados os seguintes compromissos assumidos pela sociedade:

	2006	2005
Compromissos irrevogáveis perante terceiros (a)	147 749 220	117 083 982
Compromissos perante terceiros:		
Limites de crédito atribuídos não utilizados	1 245 081 439	1 120 884 904
Créditos em aquisição futura	18 780 411	21 127 158
	1 411 611 070	1 259 069 044

(a) Relativos a contratos de locação financeira imobiliária.

39 — Contingências:

Os litígios em que a sociedade está envolvida à data de 31 de Dezembro de 2006 resumem-se como segue:

Acções movidas contra a Besleasing e Factoring:

Acções movidas por	Observação
Lorenzo Martinelli	Acção de preferência.
Quinta da Aveleda	Acção de reconhecimento da propriedade.
Impulsimo — Imobiliária, S. A.	Acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos.
Cooperativa de Olivicultores de Vila Nova de Foz Coa, C. R. L.	Acção declarativa.
Maria Júlia Gonçalves	Notificação judicial avulsa.
António Silva Campos, S. A.	Acção declarativa.
Asdrubal Moreira Maranhas	Intervenção provocada — condomínio.
Sónia Laranjeira	Acção declarativa.
O Nevão da Serra — Restauração, L.ª	Intervenção provocada — condomínio.
L. F. Pinto — Unipessoal, L.ª	Intervenção provocada — condomínio.
Moreira & Sá, L.ª	Acção declarativa.
Condomínio da Av. Praia da Vitória, 12, 12-A a 12-E	Intervenção provocada — condomínio.

Acções movidas pela Besleasing e Factoring:

Referem-se exclusivamente a acções para cobrança de dívidas de clientes:

	Valor total	Provisão em 31 de Dezembro de 2006
Operações locação financeira mobiliária:		
Créditos incluídos no activo	3 771 435	(3 764 811)
Créditos abatidos ao activo	1 454 897	—
Operações locação financeira imobiliária:		
Créditos incluídos no activo	312 255	(312 255)
Créditos abatidos ao activo	65 874	—
Operações de <i>factoring</i> :		
Créditos incluídos no activo	3 622 723	(2 090 736)
Créditos abatidos ao activo	6 253 524	—

Para além das situações acima identificadas encontravam-se em curso processos os seguintes processos relativos a liquidações adicionais de impostos, cujos valores foram reclamados pela sociedade:

	Valor pago e reclamado (em euros)	Valor de contingente a pagar (em euros)	Provisões em 31 de Dezembro de 2005
IRC de 2002	148 209	—	—
IVA de 1996	220 130	—	—
IVA de 1997, 1998 e 1999	578 346	—	—

	Valor pago e reclamado (em euros)	Valor de contingente a pagar (em euros)	Provisões em 31 de Dezembro de 2005
IVA de 2000 e 2001	683 639	—	—
Imposto de selo de 1997, 1998 e 1999	21 438	—	—
Imposto de selo de 1998 — <i>factoring</i>	89 220	—	(89 220)
IVA de Outubro de 1998	—	14 924 26 126	—

40 — Garantias prestadas:

Em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005 existem as seguintes garantias prestadas:

	2006	2005
A favor de:		
Direcção-Geral do Tesouro (1992 e 1993)	2 950 485	2 950 485
Direcção-Geral do Tesouro (1994 e 1995)	3 911 279	3 911 279
TA — Sociedade Imobiliária, S. A.	199 519	199 519
Sociedade Imobiliária Trindade & Filhos, S. A.	149 639	149 639
Quinta dos Estrangeiros, L. ^{da}	149 639	149 639

41 — Outras informações:

Em rubricas extrapatrimoniais são ainda evidenciados os seguintes saldos:

	2006	2005
Garantias recebidas	74 577 454	71 098 152
Compromissos assumidos por terceiros	367 050 696	298 157 606
Responsabilidades por prestação de serviços	59 990 945	143 126 064
Créditos abatidos ao activo	26 770 823	20 217 952
Juros vencidos	803 677	1 096 378
Despesas de crédito vencido	558 329	537 281
Contencioso com recurso — facturas não financiadas	108 815 226	61 632 350
Rendas vincendas e valores residuais de contrato	2 451 668 289	3 721 581 093
Obrigações de caixa emitidas	879 000 000	879 000 000
	3 969 235 439	5 196 445 669

42 — Eventos subsequentes à data do balanço:

Não existem eventos subsequentes à data do balanço que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração: *António José Baptista do Souto*, presidente — *António Luís Simões Tomás*, vogal — *Bernardo Leite de Faria Espírito Santo*, vogal — *Carlos Alberto Magalhães de Almeida Oliveira*, vogal — *Daniel Baptista Correia dos Santos*, vogal — *Elói de Almeida Marques da Silva*, vogal — *José António Beja Amaro*, vogal — *José Rodrigues Correia de Resende*, vogal — *Patrick Gérard Daniel Coudène*, vogal — *Rui José Costa Raposo*, vogal — *Vasco Luís Ivens Ferraz Jardim*, vogal. — O Responsável pela Contabilidade, *Leonel João Araújo Fonseca*. — Os Responsáveis pela Gestão, *Vasco Luís Ivens Ferraz Jardim* — *José António Beja Amaro*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras de Besleasing e Factoring — Instituição Financeira de Crédito, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidência um total de 3 244 267 870 euros e um total de capital próprio de 80 776 760 euros, incluindo um resultado líquido de 13 244 240 euros), a demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Besleasing e Factoring — Instituição Financeira de Crédito, S. A., em

31 de Dezembro de 2006 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 3 de Março de 2007. — Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *António Manuel Mendes Barreira*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

No cumprimento do mandato que VV. Ex.^{as}, nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício de 2006, a actividade da *Bes-leasing e Factoring — Instituição Financeira de Crédito, S. A.*, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados, o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e o relatório de gestão lidos em conjunto com a certificação legal das contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão bem como o balanço, a demonstração dos resultados e o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados apresentados pelo conselho de administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006;

2.º Não existirem objecções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

Lisboa, 3 de Março de 2007. — O Conselho Fiscal: *Carlos Santos Moita*, presidente — *Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro*, vogal — *Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A.*, representada por *António Manuel Mendes Barreira*, vogal e revisor oficial de contas. 2611009404

CORREIA & VIEGAS — SGFII, S. A.

Relatório n.º 11-F/2007

Sede social: Urbanização Horta dos Pardais, Edifício Palmeira, lote 2, loja F, Bloco C, Faro.
Capital social: 375 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 503052744.

Relatório e contas de 2006

Relatório do conselho de administração

1 — Introdução

O ano foi marcado, a nível internacional, pela manutenção da instabilidade de alguns mercados, particularmente o do petróleo, e a nível nacional por um ritmo de crescimento da economia que, embora positivo, é manifestamente insuficiente para a aproximação aos nossos parceiros europeus.

O comportamento da economia portuguesa revelou-se mais favorável em 2006 do que o observado nos anos anteriores. Segundo o Banco de Portugal, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento de 1,2%, traduzindo uma aceleração da actividade económica face aos anos transactos. No entanto, tal crescimento continua a situar-se abaixo da média europeia, continuando a acentuar a diferença entre os níveis de desenvolvimento de Portugal relativamente aos seus parceiros europeus.

O investimento teve um comportamento negativo. Na base deste comportamento são de destacar, no tocante à redução do investimento em habitação, por um lado a evolução desfavorável do rendimento disponível das famílias, resultante da actual situação do mercado de trabalho e por outro lado da continuada subida das taxas de juro, que provocam uma diminuição na procura de habitação.

Os aspectos atrás descritos influenciaram não só a actividade do fundo de investimento gerido, como o da sociedade gestora. São factores que

determinaram um crescimento do tipo moderado que se regista no valor dos activos do fundo de investimento e por inerência das suas unidades de participação, quer por influência dos próprios resultados alcançados no período pela sociedade gestora.

2 — A actividade

A Sociedade Gestora continuou a administrar, como o faz desde 1993, o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado — *Correia & Viegas*.

A análise económico-financeira

Os proveitos obtidos cifraram-se em 302 253 euros dos quais 292 350 euros são provenientes de comissões de gestão. Em relação ao ano anterior verificou-se uma quebra de cerca de 4%.

Os custos, no montante de 301 300 euros, referem-se a gastos administrativos, fornecimentos e serviços de terceiros e dotações para depreciação dos elementos do capital fixo. No exercício anterior tais custos atingiram 294 928 euros o que corresponde a um aumento de cerca de 2%.

O activo líquido da sociedade, no montante de 461 915 euros, diminuiu em relação ao período anterior em cerca de 7%. Tal encontra explicação principal no facto de não se ter efectuado investimento em valor apreciável, conjugado com a depreciação no período dos activos tangíveis e também pela redução registada nas disponibilidades.

Os seus capitais próprios, fixaram-se em 421 81 euros.

A autonomia financeira expressava-se no final do ano em cerca de 91%. O *cash-flow* (conceito: somatório do resultado líquido + amortizações +/- provisões) alcançado no exercício foi de cerca de 36 000 euros.

3 — Perspectivas para 2007

As perspectivas de evolução da economia portuguesa para 2007, apontam para um cenário um pouco mais animador do que aquele observado em anos anteriores, no entanto revela-se insuficiente para aproximar a nossa economia da dos nossos parceiros europeus.

O cenário para 2007 prevê um crescimento do PIB superior ao verificado no ano de 2006, contudo este crescimento continua a situar-se abaixo da média prevista para a União Europeia. Face ao acima exposto o Fundo de Investimento poderá registar um ligeiro crescimento dos seus activos com repercussão na sociedade gestora.

Desenvolvem-se estudos no sentido da revisão do regulamento de gestão, incluindo a expectável actualização da comissão de gestão.

4 — Proposta para aplicação de resultados

O resultado líquido do imposto foi de 1081,47 euros, propondo-se a seguinte aplicação:

Para constituição da reserva legal — 1081,47 euros;

Para a afectação/transfêrencia do saldo de outras reservas, no valor de 18 160,64 euros para a de reserva legal.

5 — Declarações

Declaramos que não existem dívidas em situação de mora, nem ao Estado, nem à segurança social, tal como não se registaram quaisquer operações/transacções entre a sociedade e os seus membros dos órgãos sociais.

6 — Considerações finais

O conselho de administração expressa o seu reconhecimento:

Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela prestimosa atenção e apoio que nos têm dispensado;
Ao Banco Espírito Santo, S. A., na qualidade de banco depositário, pela disponibilidade e colaboração recebida;

Aos nossos avaliadores pela disponibilidade e colaboração dispensada;

Ao conselho fiscal, pelo apoio recebido.

Faro, 26 de Janeiro de 2007. — O Conselho de Administração: *João Manuel Vieira Correia* — *Maria Manuela Granja Viegas Correia* — *Teresa Alexandra Viegas Correia* — *Ana Luísa Viegas Correia* — *João Rodrigues Costa*.